

Acção Socialista



N.º 1291 16 Outubro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Apresentado o OE-2008



Portugal sai da lista dos países com défice excessivo
Reforçadas condições para promover o crescimento económico sustentado
Aposta na criação de emprego
Mais apoio aos cidadãos e famílias
Modernização da Administração Pública

PÁGINA 20

Federação da Região do Oeste 10

Susana Amador

5

Mulheres Socialistas

12

Entrevista ao presidente: “Nunca como hoje a FRO esteve tão perto dos militantes”



“Odivelas é cada vez mais uma terra de oportunidades”



PES Women lança repto pela igualdade à presidência portuguesa

O aumento da licença de paternidade e a inclusão no Código do Trabalho de normas concretas que prevejam um maior envolvimento dos homens e dos pais na vida familiar foram as principais reivindicações feitas pela presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), Maria Manuela Augusto, durante conferência anual do PES Women, que decorreu recentemente em Lisboa, subordinada ao tema “As Mulheres no Mercado de Trabalho”.

OPINIÃO

Carlos Zorrinho
Marcos Sá
Ana Catarina Mendes
Jesuína Ribeiro
Paula Nobre de Deus
João Serrano
João Bernardo
Artur Penedos

EDITORIAL

BOM DESEMPENHO



JORGE SEGURO SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt

NO PASSADO dia 12 de Outubro o Governo fez entrega na Assembleia da República da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2008.

É um documento que o “Acção Socialista” vai analisar mais profundamente na sua próxima edição.

Todavia, podemos desde já ter uma certeza: desde o início de funções deste Governo que nos habituámos a ter, em Portugal, uma novidade: os orçamentos são elaborados com rigor e são – como aliás devem ser por definição – verdadeiras previsões realistas das receitas e despesas do Estado.

O rigor que o PS tem colocado na elaboração e na execução dos orçamentos do Estado quase que nos leva a esquecer os orçamentos rectificativos, tão utilizados, no passado, em Portugal (recordo que todos os orçamentos de Estado apresentados pelo Governo PSD/CDS foram, mais tarde, corrigidos). Portugal tem um rumo!

Este facto, que poderia à partida até ser considerado de menor relevância, tem um valor decisivo: demonstra rigor e seriedade nas contas públicas e dá um sinal de inequívoca estabilidade fiscal e económica aos portugueses: saber aquilo com que se conta é decisivo!

Mas para além da estabilidade das políticas orçamentais sabemos, e é claro, que estamos no bom caminho ao nível do conteúdo das próprias políticas:

Reduzimos o défice em 3,1 pontos percentuais – de 6,1 por cento no ano de 2005, para 3 por cento no ano de 2007;

Estimulámos decisivamente o crescimento da economia de 0,5 pontos percentuais do PIB em 2005 para 1,8 pontos percentuais do PIB em 2007;

Reduzimos a despesa pública, que era em 2005, de 47,8 pontos percentuais do PIB para 45,4 pontos percentuais, em 2007.

Os resultados obtidos são fruto do esforço diário mas também da aposta que os portugueses fizeram no PS e o seu valor é ainda reforçado pelo facto de serem obtidos num momento em que o petróleo atinge no mundo valores recorde de 80 dólares (era no início de funções deste Governo de 54 dólares) ou em que a economia europeia e mundial não dão os sinais de vitalidade há muito esperados.

O PS está no bom caminho! Outros pudessem dizer o mesmo...

O homem do coração grande

O PS está de luto!

Deixou-nos no dia 9 de Outubro o camarada Fausto de Sousa Correia, ou, mais simplesmente, o FAUSTO, ... o nosso Fausto.

O Fausto, que aderiu ao PS antes do 25 de Abril, veio a servir a democracia portuguesa com a sua participação cívica permanente. Empenhamento cívico e político que o levou a desempenhar com brilho, dedicação e aquele peculiar entusiasmo que todos lhe conhecíamos, cargos relevantes nos 33 anos que a democracia portuguesa já leva. Desses destacamos:

Vice-governador Civil de Coimbra; vereador da Câmara Municipal de Coimbra; administrador da RDP; administrador da Lusa. Nos Governos de António Guterres foi figura permanente de Outubro de 1995 a Março de 2002, tendo sido: secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa; secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares; secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado e secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro.

Foi várias vezes presidente da Federação do PS de Coimbra, vivendo intensamente a vida partidária no distrito, independentemente de desempenhar, ou não, qualquer cargo.

Fausto Correia foi durante décadas membro da Comissão Nacional do PS, da Comissão Política, tendo também feito parte do Secretariado Nacional e da Comissão Permanente.

Quando se fala em Fausto, fala-se no PS.

Fausto Correia era um estratega, que sabia que a estratégia de nada valia se não fosse bem executada. Um republicano e socialista que resolvia com elegância e afectividade todos os problemas.

Fazia questão de dizer que não se levava muito a sério e sabia rir-se, saudavelmente, de si próprio.

O poder nunca lhe subiu à cabeça, tratando da mesma forma o mais alto dignitário do Estado e o militante mais simples.

Homem de grandes causas, sempre assumiu a defesa intransigente dos valores e da ética republicana.

Da sua passagem pelo Governo ficará como obra emblemática o desenvolvimento e implementação do grande projecto que é as “Lojas do Cidadão”. Fausto Correia descobriu o projecto, modelou-o e durante ano e meio dirigiu uma equipe que pôs em funcionamento, de imediato, as Lojas de Lisboa e do Porto.

Trabalhar com Fausto Correia foi uma aventura, uma paixão intranquila, um exercício de amizade que justificava que os horários se estendessem com frequência para além do que a razão pode justificar.

No plano internacional, enquanto secretário de Estado, Fausto Correia participou especialmente nas reuniões informais de ministros da Administração Pública da UE, mas, sobretudo nas reuniões preparatórias das Cimeiras Ibero-Americanas, definindo opções políticas de fundo que ainda hoje são seguidas.

Homem muito ligado a África, teve sempre uma atenção muito especial nas relações com os PALOP, advogando uma cooperação luso-brasileira na ajuda aos PALOP.

Um dos momentos mais marcantes da actividade de Fausto Correia no Parlamento Europeu foi a aprovação do Tratado de Prüm, em Junho deste ano. O deputado, enquanto membro efectivo da Comissão das Liberdades Cívicas, da

Justiça e dos Assuntos Internos, foi o relator principal do documento. Embora tenha sido adoptado fora do quadro da União Europeia, é um tratado de direito internacional, que regula o intercâmbio de informações sobre ADN, impressões digitais, registo de veículos e dados pessoais e não pessoais, no âmbito da cooperação policial transfronteiriça entre as partes contratantes. A luta contra o terrorismo, a criminalidade e a imigração ilegal estão na base do documento, “aprovado pelo Parlamento Europeu de forma esmagadora”. O Tratado de Prüm foi assinado em 2005, em Prüm, na Alemanha, por sete Estados-membros da União Europeia: Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Espanha. No ano passado, outros oito Estados-membros – Finlândia, Itália, Portugal, Eslovénia, Suécia, Roménia, Bulgária e Grécia – declararam formalmente a intenção de aderir ao tratado.

A sua visão, o seu empenhamento e a sua amizade vão fazer-nos falta.

Ficámos sem o Fausto.

O país, o PS e nós próprios ficámos mais pobres.

Até sempre camarada Fausto!

13 Outubro 2007

*Mateus Roque
Luís Parreirão
Arnaldo Silva
Jorge Seguro Sanches
José Nicolau Gonçalves*



Europa deve apostar em novos empregos e inspirar-se no programa “Novas Oportunidades”

JOSÉ Sócrates vai propor que a União Europeia, no âmbito da nova directriz da Estratégia de Lisboa, adopte um programa para a qualificação e o emprego na Europa dos 27, baseado nos princípios que inspiram a iniciativa “Novas Oportunidades”.

“Novas qualificações para novos empregos” assim se deverá designar o novo programa proposto pelo primeiro-ministro português, que manifestou a expectativa de que o mesmo possa ser aprovado pelos restantes parceiros na cimeira da Primavera durante a próxima presidência eslovena da União Europeia.

Para José Sócrates, trata-se de uma aposta que visa melhorar e qualificar as aptidões dos trabalhadores, proporcionando-lhes, como defendeu, a possibilidade de poderem ter acesso a melhores e mais qualificados empregos.

O primeiro-ministro falava na sessão de abertura da conferência “Emprego na Europa, perspectivas e prioridades”, que teve lugar no Parque das Nações, em Lisboa, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia.

Também o comissário europeu do Emprego e Assuntos Sociais, Vladimir Spidla, o ministro do Trabalho do Luxemburgo, François Biltgen, e o vice-presidente da Alemanha, Franz Münterfering, corroboraram os pontos de vista de José Sócrates, lembrando que as ideias do primeiro-minis-



tro português sobre esta matéria “se inspiram na prática sueca e no programa ‘Novas Oportunidades’ em curso em Portugal”.

Para se poderem atingir padrões semelhantes no conjunto dos Estados-membros, quer ao nível do levantamento e identificação das necessidades, quer na introdução dos métodos a aplicar nos cursos do programa agora proposto, está prevista a criação de uma rede europeia que irá proceder a uma identificação

de empregos e das qualificações necessárias.

A iniciativa deverá apontar para a validação das competências adquiridas por cada cidadão ao longo da sua vida activa, tal como decorre do programa “Novas Oportunidades”, reconhecendo, por outro lado, as qualificações em falta.

Esta será uma acção que pretende, por um lado, tirar vantagens dos programas já em actividade na União Europeia, e, por outro lado,

observou ainda o primeiro-ministro, “potencializar a Estratégia de Lisboa”, proporcionando deste modo, não só uma mais adequada coesão social, como também perspectivas sustentadas para uma maior e melhor competitividade das economias dos 27 Estados-membros, razão pela qual este entendimento sobre o emprego como factor central de crescimento económico e coesão social, defendeu ainda José Sócrates, “não pode ser perdido”. **R.S.A.**

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

LEVIANDADE

“Tempos de mudança acelerada são tempos mais favoráveis às visões progressistas da sociedade do que às abordagens conservadoras”

A FORMA como alguns opinadores notáveis e habitualmente posicionados à esquerda do espectro político procuram empurrar as práticas do actual Governo para a direita, indo alguns ao delírio de lhes chamar “vanguarda ideológica da direita”, é profundamente leviana e perigosa, não por terem alguma aderência aos factos, mas porque constituem um potencial balão de oxigénio a uma direita que se perdeu na transição do modelo de sociedade e não compreendeu nem se adaptou à mudança dos tempos.

Tempos de mudança acelerada são tempos mais favoráveis às visões progressistas da sociedade do que às abordagens conservadoras. O esticão disruptivo nas circunstâncias históricas agitou a dicotomia fácil entre a direita mais conservadora e a esquerda mais progressista. Hoje temos visões progressistas em todo o espectro político e também bolsas conservadoras por ele disseminadas sem delimitação possível pela fronteira tradicional esquerda/direita.

A aposta do actual Governo na melhoria da capacidade competitiva das nossas empresas, na modernização da administração ao serviço das pessoas e das empresas e na valorização do capital humano, posiciona-o num patamar fortemente progressista, vanguarda duma esquerda moderna e adaptada ao mundo do século XXI.

Querer, ainda que por despeito pontual, entregar de mão beijada este património inovador e consequente a uma direita anémica e atordoada, é aquilo que em futebol se designa por marcar golos na própria baliza, o que é sempre contra natura, excepto se o jogador, ainda que inconscientemente, já rejeitou a camisola que enverga e hesita entre o peito nu, a mudança de cores ou a migração para práticas desportivas de carácter mais individual e iconoclástico.

Sócrates inaugura último troço do Eixo Norte/Sul

OS QUATRO quilómetros da última fase do eixo Norte-Sul, que irão retirar largos milhares de carros da Segunda Circular e da Calçada de Carriche e permitir uma redução de 122 toneladas por dia de CO₂, foram inaugurados pelo primeiro-ministro. Na ocasião, José Sócrates aproveitou para anunciar a adjudicação em Novembro do último troço da CRIL, entre Buraca e a Pontinha.

O primeiro-ministro acrescentou que esta obra, a conclusão dos IC (Itinerário Complementar) 16 e 30 e o alargamento do IC 19 são as “quatro prioridades” do Governo nas acessibilidades à Área Metropolitana de Lisboa, a executar até 2010.

Sócrates considerou ser “verdadeiramente chocante para não dizer escandaloso” a demora da construção do último troço do eixo Norte-Sul, por se tratar de uma infra-estrutura em rede que ao ter sido deixada a meio prejudicou populações, desaproveitou sinergias e causou grandes prejuízos económicos.

Os IC 16 e 30 estarão concluídos em 2010, tal como a CRIL, enquanto o alargamento do IC 19 estará terminado em 2008, acrescentou.

Presente na cerimónia, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, sublinhou que a obra agora inaugurada permite retirar 22.500 viaturas de Lisboa por dia na área da Segunda Circular a que acrescem 13.500 desviadas da zona Norte e Oeste.

E adiantou que este desvio de trânsito vai permitir uma redução de emissão de dióxido de carbono (CO₂) de 122 mil toneladas por dia.



Também presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, sublinhou a importância da conclusão do eixo Norte-Sul, alertando porém para o possível “efeito perverso” que a obra poderá ter, uma vez que pode descongestionar a Segunda Circular mas “a longo prazo” trazer mais trânsito para o interior da cidade e provocar novos congestionamentos.

Por isso, defendeu a necessidade da Área Metropolitana de Lisboa apostar numa rede de transportes públicos na área do urbano, metro e ferro-carril, em articulação entre autarquias e administração central, bem como a necessidade

de a população criar redes de vizinhança, no sentido de que cada viatura não tenha apenas um ocupante, como forma de melhorar o trânsito na cidade.

Defendeu ainda a importância da criação da Autoridade Metropolitana de Transportes, sublinhando ter merecido o voto contra na última reunião da Junta Metropolitana de Lisboa.

A este respeito, José Sócrates manifestou a disponibilidade do Governo em encetar “negociações com os autarcas”, uma vez que considera esta autoridade de transportes “essencial” para a Área Metropolitana de Lisboa.

Subsídio de desemprego na Função Pública

Mais uma promessa cumprida. O Governo do PS vai garantir a protecção social em situação de desemprego aos trabalhadores que se encontrem em situação de maior instabilidade laboral na Função Pública.

ALTERAR a Lei da Mobilidade e o Estatuto de Aposentação e criar o regime de protecção no desemprego de trabalhadores da Administração Pública vinculados por contrato administrativo de provimento (CAP) e por contrato individual de trabalho, através da aplicação do regime jurídico de protecção social em caso de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, são os objectivos centrais de uma proposta de lei, aprovada na generalidade na reunião de Conselho de Ministros do dia 11 de Outubro.

Segundo o Governo, a alteração à Lei da Mobilidade surge em resultado da experiência da sua aplicação durante o corrente ano, criando um regime mais favorável de licença extraordinária para quem solicite a colocação em situação de mobilidade especial.

Estende pois, a título facultativo, aos trabalhadores da Administração Pública vinculados por contrato individual de trabalho, o regime de mobilidade especial consagrado na Lei da Mobilidade.

Desta forma, possibilita, em caso de despedimento colectivo ou despedimento por extinção do posto de trabalho, que os trabalhadores possam requerer a passagem para a situação de mobilidade especial, permitindo igualmente que os serviços competentes procedam à sua eventual recolocação.

Caso esta recolocação não seja possível no prazo de um ano após a passagem para a situação de mobilidade especial, os trabalhadores verão cessados os seus contratos de trabalho.

O Governo decidiu também criar, numa lógica de convergência, o regime de protecção no desemprego dos trabalhadores vinculados por

contrato administrativo de provimento e por contrato individual de trabalho, neste último caso, desde que abrangidos pelo regime de protecção social da Função Pública.

Para este efeito, os trabalhadores são inscritos no regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, exclusivamente para a eventualidade de desemprego.

Reconhecendo a existência de carreiras contributivas para um regime de protecção social distinto do regime geral de segurança social, o Executivo estabeleceu que, em caso de desemprego sem que estejam cumpridos os prazos de garantia legalmente previstos, as entidades empregadoras procedam ao pagamento retroactivo das contribuições até perfazer aqueles prazos, garantindo-se assim uma efectiva protecção daqueles trabalhadores nesta eventualidade.

Prevê-se ainda, a título transitório, que durante o ano de 2008 aquela inscrição seja suspensa, sendo o subsídio de desemprego pago pelo serviço a que o trabalhador estava vinculado.

No mesmo diploma aprovado, o Governo faz também ajustamentos em matéria de aposentação da generalidade dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações, aprofundando o esforço de aproximação ao regime da segurança social, sem perder de vista o reforço da sustentabilidade financeira do sistema.

Assim, permite-se a aposentação, para quem já tenha atingido a idade legal, com um tempo de serviço decrescente, entre 36 anos em 2007 até 15 anos em 2015, no sentido da convergência com as regras do regime geral da segurança social (15 anos).

Reformula-se ainda o regime de aposentação antecipada, por forma a que a carreira completa, deixando de constituir requisito de aposentação, passe agora a ser de 36 anos, permanecendo como condição indispensável à obtenção de uma pensão por inteiro e à aplicação das regras de redução das penalizações por excesso de tempo de serviço.

Pacote de apoios para PME soma 555 milhões de euros



O GOVERNO vai aplicar 555 milhões de euros num pacote de apoios às pequenas e médias empresas (PME). O anúncio foi feito pelo ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, na semana passada, no Fórum Financing Innovation, um evento que decorreu no Estoril sob os auspícios do IAP-MEI e da Comissão Europeia.

Segundo o titular da pasta da Economia, este pacote será dividido em duas partes.

Assim, 300 milhões de euros serão afectos a operações de capital de risco, enquanto 230 milhões de euros servirão para dar apoio a operações de garantia mútua, bem como à titularização de créditos do sistema bancário às PME.

A este montante deverá somar-se mais 25 milhões de euros, destinados

a um pequeno fundo de capital.

No âmbito dos apoios ao capital de risco, será criado o Fundo de Inovação e Competitividade, com a dotação de 100 milhões de euros.

Trata-se de um instrumento que terá como accionistas o Fundo Europeu de Investimento (FEI), o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Ministério da Economia e da Inovação, bancos nacionais e empresas portuguesas de grande dimensão.

Além disto, o Governo irá também reforçar em 130 milhões de euros a dotação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para a INOVE Capital (uma sociedade de capital de risco) e ainda criar um outro fundo especializado para apoiar projectos ino-

vadores de energias renováveis.

A este último fundo estarão destinados 70 milhões de euros.

Todos estes são, nas palavras do ministro Manuel Pinho, “recursos que são os parceiros que as PME inovadoras e competitivas necessitavam para poder crescer”.

“São um complemento ao financiamento das próprias empresas e devem ser sujeitos a critérios de selectividade”, sustentou o governante, sublinhando que estas são medidas que estão em linha com a política europeia para as PME.

Manuel Pinho referiu por último ter falado com o presidente da Comissão Europeia sobre as ajudas às pequenas e médias empresas, considerando “interessante” a criação de “um verdadeiro programa Erasmus na gestão das PME”. **M.R.**

Exportações nacionais não sofrerão com queda do dólar face ao euro

AS VENDAS de produtos portugueses são feitas principalmente para a União Europeia (UE) e, por esse facto, a forte apreciação do euro face ao dólar não terá consequências significativas para a economia portuguesa, nomeadamente no sector das exportações. A clarificação foi feita pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, à entrada de uma reunião com os seus homólogos dos 27, que dirigiu no quadro da presidência portuguesa da UE.

“Acho que temos elementos que nos permitem constatar a evolução das nossas exportações”, declarou aos jornalistas na Cidade do Luxemburgo, onde também reafirmou que as exportações portuguesas “têm uma componente muito forte do comércio intracomunitário” e que, por isso, “não estão sujeitas de uma forma directa e significativa



a flutuações cambiais”.

Teixeira dos Santos presidiu recentemente à reunião dos ministros das Finanças onde foi debatida a situação nos mercados financeiros mundiais que atravessam uma

fase de grande instabilidade e de reavaliação da taxa de risco em consequência das dificuldades no mercado de empréstimos hipotecário de alto risco nos Estados Unidos. **M.R.**



“Odivelas é cada vez mais uma terra de oportunidades”

O concelho de Odivelas tem vindo a transformar-se de forma a “atingir um patamar de desenvolvimento que permita ter vida própria”, afirma Susana Amador, que salienta o forte investimento na “melhoria da qualidade de vida” e a aposta na construção de pólos de excelência no concelho, como, por exemplo, o Pólo Tecnológico de Famões. Em entrevista ao “Acção Socialista”, a presidente da Câmara de Odivelas reitera que tem como desafio “promover a identidade local e modernizar e desenvolver o concelho” e diz que a conclusão do troço da CRIL Buraca-Pontinha é “mais uma boa notícia” para Odivelas, pela “melhoria de mobilidade que vai proporcionar”.

Quais são os principais desafios que se colocam ao concelho de Odivelas?

Odivelas é um concelho com bastantes potencialidades, desde logo pela posição estratégica que ocupa na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Mas não só. Contamos com municípios interessados na melhoria de condições do seu concelho. Temos um património histórico ímpar e uma vasta riqueza natural. A par disto, temos um tecido empresarial dinâmico e produtivo. Pelas sinergias já existentes no município e por aquelas que se podem gerar, e trazer mais benefícios para o concelho, nas quais a Câmara desempenha um papel chave, tenho todas as razões para encarar com confiança e orgulho o mandato que me foi confiado.

Por isso, o meu desafio, o nosso desafio, é vasto e aliciante. Promover a identidade local, modernizar e desenvolver o concelho de Odivelas é uma missão nobre e que merece todo empenho e dedicação.

Um dos entraves ao desenvolvimento é, não raras vezes, atribuído às dificuldades financeiras. Qual é a situação financeira actual da Câmara Municipal de Odivelas (CMO)?

Quando assumi funções, em finais de 2005, mandei instaurar uma auditoria interna que detectou um valor total de dívida a terceiros, à data de 31 de Dezembro de 2005, de 67,8 milhões de euros. Mas, mais do que a dívida, o que estava em causa era a credibilidade e o bom-nome da Câmara Municipal de Odivelas, do concelho e, no fundo, dos municípios.

Conseguimos, no período de ano e meio, reduzir a dívida total em aproximadamente quatro milhões de euros. Ou seja, passámos de 67,8 milhões de euros, em finais de 2005, para 63,9 milhões, em Junho deste ano.

Como é que conseguiu fazer essa redução?

Tem sido um trabalho de grande persistência e rigor que não tem, obviamente, a visibilidade proporcional à sua importância para os destinos do município. Era realmente necessário por “ordem na casa” e adoptar medidas de choque que permitissem a obtenção de resultados a curto prazo e, simultaneamente, delinear uma estratégia que permitisse a sustentabilidade e o saneamento financeiro a médio/longo prazo. Nesse sentido,

aplicámos uma forte contenção nas despesas correntes e eliminámos os gastos supérfluos, disciplinámos a nossa frota, procedemos à reorganização dos serviços e fizemos, ainda, a fusão das duas empresas municipais, o que permitiu efectuar uma economia de escala de 2 para 1.

Por outro lado, e simultaneamente, renegociámos as dívidas antigas aos SMAS, SIMTEJO, ADSE e ainda com as entidades bancárias, através das quais obtivemos condições de pagamento mais favoráveis e realistas, que estamos a cumprir rigorosamente.

Reduzir a dívida em quatro milhões de euros em ano e meio não deve ter sido tarefa fácil.

É verdade. Mas os resultados obtidos são extremamente gratificantes e encorajadores, e sobretudo permittem-nos concluir que estamos no rumo certo.

Em termos de objectivos, quais são as áreas que considera prioritárias e que assumem maior relevância na sua estratégia?

A estratégia definida passa pela implementação e concretização de políticas que sejam transversais e complementares a todas as áreas, pois só assim conseguiremos atingir um patamar de elevado desenvolvimento territorial e de bem-estar dos cidadãos.

Contudo, existem áreas onde o aprofundamento das políticas assume maior relevância: a Educação, as Políticas Sociais e o Ambiente, e nas quais temos assumido um elevado investimento.

Relativamente à Educação, gostaria de salientar algumas das medidas mais importantes que já concretizámos, como sejam a garantia de uma refeição quente diária a todos os alunos do Ensino Básico, a construção de uma nova Escola Básica em Famões, o lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares, o investimento nas obras de recuperação e apetrechamento do parque escolar, assim como a criação do Centro de Novas Oportunidades e a Universidade Sénior.

E quanto às políticas sociais?

No campo social destaco três áreas importantes: Habitação, Apoio à Terceira Idade e Saúde. Em termos de Habitação temos duas áreas de forte intervenção: realojamentos e Habitação para jovens. Já efectuámos neste



mandato cerca de 50 realojamentos e, por outro lado, completámos nestes dois anos de mandato a primeira fase do PER, o que se traduz no realojamento de 64 famílias que envolvem mais de 200 pessoas. Lançámos, e já está concluído, o primeiro concurso de habitação para jovens a custos controlados, de 146 fogos, e já estamos a preparar o segundo. Outras das áreas cimeiras foram a legalização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI's) e a erradicação das barracas, que receberam um forte impulso nestes últimos dois anos e que nos permitiu erradicar todas as barracas que existiam anteriormente em Odivelas.

“Temos um compromisso com os municípios, o de melhorar a qualidade de vida, cuja concretização passa muito pela área do ambiente”

Quanto ao Apoio à Terceira Idade, uma das áreas de intervenção tem passado pela requalificação dos Centros de Dia do concelho. Construámos, de raiz o Centro de Dia de Santo Eloy (Pontinha) e cedemos o terreno para a construção de equipamentos com diversas valências destinadas à Terceira Idade e onde irá ser construído também o futuro Centro de Dia da Paróquia da Ramada. Apoiámos as diversas IPSS's do concelho e temos desenvolvido com os diversos parceiros sociais uma rede de contactos e complementos essenciais, no sentido de garantir o melhor auxílio e ajuda à população sénior, sobretudo aos mais carenciados.

E a nível de Saúde?

Estão implementados diversos programas municipais de prevenção, como o de doenças oncológicas, inovador no país, e das toxicodependências. Programas que se revelam essenciais na informação e sensibilização da população. Têm sido bem recebidos pela comunidade, assim como temos contado com a participação de muitas pessoas nos vários rastreios, públicos e gratuitos, que efectuamos regularmente. A construção de novos Centros de Saúde, devido às carências

com que contamos, tem sido uma das grandes prioridades da Câmara. Temos estabelecido um diálogo construtivo com o Ministério da Saúde, de forma a encontrarmos, quanto antes, uma resposta que vá ao encontro das necessidades da população, pelo que espero ter muito brevemente pelo menos um Centro de Saúde.

Porque coloca o Ambiente como uma das áreas prioritárias da sua intervenção?

Temos um compromisso com os municípios: o de melhorar a qualidade de vida. A concretização deste objectivo passa muito pela área do Ambiente. Neste sentido, temos assumido um forte investimento na criação de mais espaços verdes, e de usufruto destes pela população, em todo o concelho. A limpeza e higiene urbanas são outros dos sectores determinantes para a melhoria do Ambiente. Por isso, introduzimos novas modalidades de limpeza, como o processo de varredura mecânica.

Foi, finalmente, concluído o troço final do Eixo Norte-Sul. Qual a importância para Odivelas desta obra?

Muita. A conclusão do troço permite retirar mais de 20 mil carros, por dia, numa das principais áreas de ligação entre Odivelas e Lisboa, através do Olival Basto e Calçada de Carriche. O anúncio, no dia de inauguração, por parte do primeiro-ministro, José Sócrates, da conclusão do troço da CRIL – Buraca – Pontinha, é mais uma boa notícia para Odivelas, pela melhoria de mobilidade que vai proporcionar. Temos estado a trabalhar no sentido de dotar o concelho de uma rede integrada, a nível metropolitano, que permita maior acessibilidade e fluidez, sem esquecer as bolsas de estacionamento que estamos a criar em pontos estratégicos do concelho e que terão capacidade para largas centenas de automóveis que permitirão tornar os transportes públicos mais atractivos na sua utilização. Está, neste momento, em estudo o projecto do Metro Ligeiro de Superfície, que abrange o eixo Odivelas, Amadora e Loures. Será uma obra que irá melhorar, no futuro, as condições de circulação na AML.

E que outros desafios de futuro tem Odivelas?

São vários e, para os quais, já estamos a amadurecer respostas. Está em fase de elaboração o primeiro Plano Director Municipal (PDM) de Odivelas, instrumento essencial no rumo a seguir. Sabemos que o desafio da qualidade de vida, da competitividade e da inovação precisam de ser ganhos quanto antes. Estamos numa era complexa e em constatare mudança. Teremos tanto mais a ganhar quanto mais cedo alcançarmos as condições que promovam e garantam oportunidades para as pessoas. Se o investimento que realizamos na Educação, na Saúde, no Ambiente, bem como na Cultura e no Desporto, procuram fornecer melhor qualidade de vida, já no âmbito da competitividade e inovação temos vindo a preparar um conjunto de projectos ambiciosos, que se traduzem na construção de pólos de excelência no concelho, como, por exemplo, o Pólo Tecnológico de Famões.

Em que consiste esse projecto?

O Pólo Tecnológico reúne três vertentes distintas e que se complementam pelas sinergias que vão gerar: empresarial, tecnológica e universitária. Será, seguramente, um espaço de fomento do conhecimento e inovação, que trará benefícios imediatos ao concelho e à Área Metropolitana de Lisboa e, consequentemente, ao país. O Parque Empresarial da Paia é outro dos projectos que irá impulsionar a economia metropolitana. Ainda este ano teremos a instalação da primeira Loja do Cidadão de segunda geração do país. Um serviço que irá beneficiar os municípios de Odivelas, como de outros concelhos vizinhos.

Odivelas já conseguiu libertar-se do estigma de dormitório de Lisboa?

O jovem concelho de Odivelas tem vindo paulatinamente a transformar-se e a criar oportunidades para atingir um patamar de desenvolvimento que permita ter vida própria. A revitalização do tecido empresarial e económico e a captação de novos investimentos e projectos são essenciais para o concelho. Por outro lado, obviamente, pretendemos retirar maiores dividendos da nossa posição geográfica, nomeadamente da proximidade com Lisboa, com Loures e com a Amadora por forma a criar plataformas de desenvolvimento que permitam atrair esses investimentos para, assim, criar maior poder económico que, aliado ao aprofundamento das novas políticas sociais, permitirão aumentar o nível e a qualidade de vida no concelho. O futuro constrói-se hoje, e o concelho congrega grande potencial e dispõe de enorme capital humano que nos permite perspectivar o futuro com esperança e confiança. Estou certa que Odivelas será cada vez mais uma verdadeira terra de oportunidades.

OPINIÃO



MARCOS SÁ
Deputado do PS

O conjunto de boas ideias que têm sido implementadas em todo o país podem contribuir para reforçar os valores que estão associados à nossa "marca" política na gestão autárquica

POLÍTICAS AUTÁRQUICAS – “MARCA PS”

AS AUTARQUIAS locais são cada vez mais, no mundo global, um dos principais responsáveis pela garantia de um desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental.

Por esta razão de fundo considero ser importante que as autarquias geridas pelos socialistas definam, a nível macro, quatro linhas de orientação comuns, com o objectivo de reforçar os princípios e valores associados às boas práticas e às melhores decisões políticas.

Nesta perspectiva lanço, a título de sugestão, quatro desafios:

1 – Elaborar um plano de optimização energética municipal – de carácter ambiental, esta iniciativa tem como objectivos principais reduzir o consumo energético municipal e os custos associados, melhorar a eficiência energética e envolver os munícipes para a sensibilização, alterando hábitos adquiridos.

2 – Implementar a certificação da qualidade nos serviços da administração local – pretende-se, com esta ideia, a melhoria contínua dos serviços prestados aos munícipes, assim como, captar novas actividades económicas e empresas.

3 – Tornar prática comum a realização de estudos de tráfego e mobilidade – visa esta sugestão contribuir para a não degradação da qualidade de vida nos munícipes, generalizando a realização de estudos de tráfego e mobilidade, antes da aprovação de projectos com índice de construção elevado.

4 – Elaborar um programa de ajuda ao domicílio – de carácter social, a ambição é a de ajudar solidariamente os idosos que requeiram apoio para permanecerem nas suas casas, evitando assim o seu ingresso em lares ou casas de repouso onde não raramente são vistos como mais um número de uma cama e não com a dignidade que merecem todas as pessoas, independentemente da sua idade e estado de saúde.

Para terminar, seria importante o PS desenvolver um portal “on-line” no qual constassem as boas práticas das políticas desenvolvidas pelos nossos autarcas.

O conjunto de boas ideias que têm sido implementadas em todo o país podem contribuir para reforçar os valores que estão associados à nossa “marca” política na gestão autárquica.



Dez novas barragens até 2020

PORTUGAL não pode “continuar a desaproveitar o seu potencial hídrico” para produção de energia, pois isso “coloca em causa a nossa autonomia e torna o país mais vulnerável perante o exterior em termos energéticos”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na cerimónia de apresentação do Plano Nacional de Barragens, que estará em discussão pública durante um mês.

O plano, que prevê a construção de dez barragens até 2020, o que representa 70 por cento do potencial hídrico português, serve objectivos ambientais, contribuindo para produzir electricidade a partir de fontes renováveis e ajudar o país a cumprir as metas impostas pelo protocolo de Quioto.

Para José Sócrates, este plano “representa acção, decisão e visão de médio e longo prazo e mostra que Portugal quer aproveitar o seu potencial hidroeléctrico”, acrescentando que “precisamos de assegurar que, a médio e longo prazo, Portugal seja mais livre e uma nação menos dependente”.

Ao mesmo tempo, frisou, “Portugal precisa de cumprir os seus compromissos internacionais em matéria de redução de emissões e de aposta nas energias renováveis, em que se encontra já no pelotão da frente da União Europeia”.

O primeiro-ministro fez ainda questão de salientar que o Plano Nacional de Barragens “resulta



pela primeira vez de uma avaliação ambiental estratégica” e “inaugura uma nova fase ao nível do planeamento hídrico”, acrescentando que “a nossa aposta na energia eólica só faz sentido se for considerada como um complemento da aposta no aproveitamento dos recursos hídricos”.

O Plano Nacional de Barragens define como localizações Padroselos, Vidago, Daivões, Gouvães, Fridão, Foz-Tua, Pinhosão, Girabolhos, Alvito e Almouroil.

À margem da cerimónia de apresentação do plano, o ministro do Ambiente, Nunes Correia, disse que os transvases “estão arredados das considerações” do Plano Nacional de Barragens, no qual foi dado um “peso muito particular às questões ambientais”.

E sublinhou que, com este pla-

Plano Nacional de Barragens serve objectivos ambientais e ajuda Portugal a cumprir Quioto

no, não se pretende fazer “business as usual”, mas “inaugurar uma nova abordagem de planeamento hidráulico”, que se prende com a avaliação ambiental das localizações propostas.

Na análise que se efectuou dos 25 locais com potencial de implantação, Nunes Correia frisou que a questão ambiental foi “decisiva para a escolha”, tendo constituído “o cerne do processo de decisão”.

Fundo Europeu de Apoio à Mundialização debatido em Barcelos

OS DEPUTADOS socialistas eleitos pelo círculo de Braga organizaram um colóquio subordinado ao tema “As reestruturações empresariais e o Fundo de Apoio à Mundialização”.

O encontro teve lugar em Barcelos, no passado dia 12 de Outubro, nas instalações do IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e Ave, com a presença, de oradores convidados, como o secretário-geral da UGT, João Proença, e o presidente da Associação Comercial e Industrial de Barcelos (ACIB), Miguel Costa Gomes.

Foi abordada a problemática das reestruturações empresariais numa economia em mudança e o instrumento legal que a União Europeia colocou à disposição dos Estados-membros através do Fundo Europeu de Apoio à Mundialização (FAM).

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Strecht Ribeiro, na sessão de encerramento, reforçou a ideia que os temas em debate “terão uma tradução prática, na Assembleia da República”, quer no que diz respeito ao FAM, quer relativamente às leis laborais que serão debatidas no início do próximo ano no Parlamento.

Para o dirigente socialista, “combater a precariedade laboral é um



objectivo sempre presente na acção do PS, devendo ser procurada, simultaneamente, uma flexibilidade interna nas empresas com vista à sua adaptabilidade”, reforçando ainda a ideia da importância do associativismo internacional do movimento sindical.

Esta foi uma das ideias centrais deixada pelo secretário-geral da UGT. Para João Proença, num mundo cada vez mais global, é fundamental o associativismo das várias organizações sindicais, o que aliás está a ser conseguido. Na sua intervenção inicial, lembrou que a globalização “não tem uma dimensão social, estando a regulação nas mãos das multinacionais”, que não olham para os interesses da maioria dos trabalhadores.

Sobre o Fundo Europeu, João Proença recordou que este visa o apoio

directo aos trabalhadores e não às empresas, e que as regiões Norte e Centro do país devem bater-se pela sua aplicação no contexto do sector têxtil.

Já o presidente da ACIB, Miguel Costa Gomes, sustentou que a globalização não é igual para todos os países da União Europeia e considera

que Portugal é dos exemplos mais frágeis, quer pela estrutura económica existente, quer pelos factores que agravam a situação das empresas, dando como exemplo a relação da banca com o sector têxtil.

Por sua vez, o deputado socialista Miguel Laranjeiro apresentou a fundação, os critérios, e a forma de aplicação do FAM, lembrando que Portugal já apresentou a primeira candidatura para os trabalhadores do sector automóvel na região de Lisboa e Alentejo.

Na intervenção final, Joaquim Barreto, presidente da Federação de Braga do PS, centrou também as suas preocupações na formação profissional dos jovens e adultos, dando exemplos de casos de sucesso em parcerias que estão a ser desenvolvidas, nomeadamente com o IPCA.

Mais medidas de descongestionamento dos tribunais

FOI APROVADO em Conselho de Ministros uma resolução que inclui diversas medidas para descongestionar os tribunais judiciais, que serão concretizadas até ao final do ano e em 2008 através de diversos actos legislativos e regulamentares a aprovar.

Assim, uma das medidas propostas é a criação de um regime temporário e especial de incentivo à extinção da instância, promovendo-se a resolução de litígios fora dos tribunais, fundamentalmente através de transacções e compromissos arbitrais entre as partes nas acções que tenham sido propostas até 29 de Setembro de 2006.

Nesse sentido, dispensa-se o pagamento de custas judiciais ainda não pagas nas acções cíveis quando a extinção da instância resulte de transacção, compromisso arbitral ou confissão. Se as acções em causa tiverem um valor igual ou inferior a 7500 euros dispensa-se igualmente o pagamento de custas judiciais ainda não pagas no caso de desistência do pedido.

Outra das medidas incluídas neste pacote de descongestionamento dos tribunais é a revisão do regime jurídico da locação financeira, que visa evitar acções judiciais desnecessárias. É o caso da necessidade de propor uma acção em tribunal para evitar que uma outra acção previamente proposta, por exemplo uma providência cautelar, caduque. Ou da necessidade de propor uma acção em tribunal somente para efeitos de cancelamento de um registo. Esta medida deve ser aprovada até ao final de Dezembro de 2007.

A desjudicialização do processo de inventário, que é particularmente moroso, é outra medida avançada pelo Governo. O processo de inventário é um processo judicial que visa, principalmente, distribuir património que está na posse de várias pessoas e ainda não foi partilhado, como é o caso de uma herança. Normalmente, recorre-se a este processo quando não existe acordo quanto à partilha do património. Os processos judiciais de inventário são particularmente morosos, durando em média 32 meses, e afectam consideravelmente a vida das pessoas.

O seu tratamento por outras entidades, como os cartórios notariais e as conservatórias, vai proporcionar uma solução mais rápida destes processos. No pacote agora aprovado, prevê-se ainda a criação de um centro de arbitragem para dirimir conflitos em matéria de propriedade industrial, que servirá, sobretudo, para resolver questões relacionadas com marcas e patentes e permitirá resolver litígios com mais eficácia e rapidez, contribuindo para descongestionar os tribunais nesta matéria, designadamente os tribunais de comercio.

O Governo quer também criar, pelo menos, quatro julgados de paz em 2007 e, pelo menos, quatro em 2008. Esta medida permitirá que, nas matérias da competência destes tribunais, se contribua para o descongestionamento dos tribunais judiciais.

O Conselho de Ministros aprovou ainda a alteração do regime das custas judiciais, de forma a que a parte que tenha inviabilizado a utilização dos mecanismos de resolução alternativa de litígios definidos em portaria do membro do Governo responsável pela área da Justiça seja responsável pelo pagamento de custas

Outra das medidas aprovadas é o alargamento do Sistema de Mediação Familiar e do Sistema de Mediação Laboral a todo o território nacional, que irá permitir continuar a apostar num meio de resolução alternativa de litígios que procura evitar o recurso aos tribunais judiciais.

O Governo quer ainda dispensar a necessidade de propor uma acção judicial em matéria de acidentes de trabalho do qual resulte uma incapacidade, quando exista acordo entre trabalhador e empregador. Esta medida tem como objectivo evitar que se tenha de propor um processo judicial quando exista acordo entre trabalhador e empregador relativamente ao grau de incapacidade do primeiro, na sequência de um acidente de trabalho.

Evita-se assim a intervenção do tribunal quando não exista conflito, permitindo simultaneamente que a eventual compensação ao trabalhador seja mais rapidamente concedida.

OPINIÃO



ANA CATARINA MENDES
Deputada do PS

A pena de morte é a punição mais cruel, mais desumana e mais degradante. Falamos de seres humanos, não de uma realidade virtual

CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE

HÁ 100 países no mundo que ainda têm nas suas Leis fundamentais a pena de morte. Estes países ainda executam. 1591 pessoas foram executadas em 25 países no ano de 2006; 3861 pessoas foram condenadas à pena de morte em 55 países. De acordo com os dados disponíveis pela Amnistia Internacional estima-se que cerca de 19.185 a 24.646 pessoas foram condenadas à pena de morte e esperam a sua execução em todo o mundo. 91 por cento das execuções ocorridas em 2006 foram levadas a cabo por seis países: Sudão – 65 pessoas; China – 1010 pessoas, Iraque – 177 pessoas; 53 execuções em 12 estados dos Estados Unidos.

Por iniciativa do Conselho da Europa celebrou-se, a 10 de Outubro, o Dia Europeu contra a Pena de Morte. Como parlamentar portuguesa e membro do Conselho da Europa, casa dos direitos humanos, regozijo-me com esta iniciativa que deve merecer o aplauso dos portugueses, pois ela representa o reforço do compromisso do Conselho da Europa com um dos mais essenciais princípios da mais antiga organização supra estadual da Europa, – o reconhecimento da dignidade de cada homem –, e sublinha também os valores que partilhámos enquanto europeus e que devem constituir a base da nossa solidariedade com os que por todo o mundo lutam contra uma pena absurda e atentatória da dignidade humana.

A pena de morte é a punição mais cruel, mais desumana e mais degradante. Falamos de seres humanos, não de uma realidade virtual. A pena de morte é a negação do direito à vida, é a negação do direito à dignidade humana, é a negação do direito a ser tratado sem crueldade ou tortura.

Ela pune irremediável e cruelmente, em vez de procurar a reinserção e a reabilitação do condenado. Havendo pena de morte, há sempre a possibilidade de erro e risco de execução de inocentes. E quantos erros judiciais já se cometeram? E quantos foram já executados? É por isso também que o Conselho da Europa continua preocupado com a existência desta prática num país europeu – a Bielorrússia – e com a situação dos EUA, o qual tem o estatuto de observador neste fórum.

A campanha contra a pena de morte foi desencadeada em Portugal, no século XIX, por dois artigos de Alexandre Herculano e pela luta de um grande vulto parlamentar, António Aires Gouveia. Em 1852, é abolida a pena de morte para os crimes políticos, poucos anos depois, 1867, para a generalidade dos crimes e, finalmente, em 1976 há abolição total, incluindo no teatro de guerra.

Há, pois, um fundamento histórico e uma credibilidade que assistem à diplomacia portuguesa no que diz respeito a iniciativas tendentes ao fim das execuções e à eliminação da pena de morte. Não se trata de supor ou reivindicar uma qualquer supremacia portuguesa. Mas, é neste quadro que se reveste do maior significado e da maior importância a conferência realizada no dia 9 de Outubro, sob a égide da presidência portuguesa da União Europeia, intitulada “Europa contra a Pena de Morte”. A organização desta conferência é um marco civilizacional e um testemunho do esforço que a Europa deve fazer na luta contra as violações dos direitos do homem.

A União Europeia fez-se e cresceu sobre uma cultura de direitos, assente na perspectiva de cada indivíduo como ser único e irrepetível. É esta perspectiva que assinala o

projecto europeu. A Europa é, nesse sentido, depositária de uma imensa esperança na luta pela dignidade e vida humana. O caminho a percorrer é o que separa a civilização da barbárie, como Camus apelidou a pena de morte. A Europa deve manter-se firme na defesa de um legado e de uma conquista que nos enobrece e deve constituir exemplo e suporte fundamental para uma moratória universal a que estamos obrigados a lutar.

Foi, também, conscientes da importância do papel da União Europeia na abolição da pena de morte no mundo, que, em Abril, o Parlamento Europeu reforçou o apelo a uma moratória universal à pena de morte com a aprovação de uma resolução que exorta “todas as instituições da União Europeia, juntamente com o Conselho da Europa, a apoiar o Dia Mundial contra a Pena de



Morte, ao declarar o dia 10 de Outubro, a partir de 2007, Dia Europeu contra a Pena de Morte”.

Pena é que haja quem ainda não tenha compreendido a dimensão do problema e não se tenha associado este ano ao Dia Europeu contra a Pena de Morte.

Mas também há boas notícias. Desde 1 de Janeiro de 2007, 128 países aboliram a pena de morte, na Lei e na prática. O Ruanda aboliu a pena de morte. Um país como o Ruanda, com a terrível violência que conheceu no passado recente, ter optado pela abolição da pena de morte vem dar um vigoroso exemplo a outros países de todo o mundo. A abolição da pena de morte contribui para a promoção da dignidade humana e para o desenvolvimento progressivo dos direitos humanos.

Todos os gestos no sentido de abolir a pena de morte são poucos enquanto houver um condenado e executado. Mas todos são necessários e todos nos devemos empenhar no fim deste horror. Os esforços do Conselho da Europa e da União Europeia são uma evidência no sentido de uma esperança aos países que ainda vivem esta realidade.

Condenar à morte não é fazer justiça, mas sim a mais fria e implacável das violências: a vingança. A pena de morte é um intolerável atentado contra o homem. O repúdio da pena de morte é uma opção humana e moral. Representa a adesão a uma escala de valores que coloca a vida em primeiro lugar. É o reconhecimento de que a vida em comunidade tem sentido e que esse sentido é a promoção da vida livre e digna. A verdade é que cada país que acaba com a pena de morte reforça os valores que foram nossos e que são hoje universais, em grande parte por obra nossa, e reforça também a humanidade de toda a Humanidade.

A forma como a sociedade trata o crime é um dos testes à sua civilização. Que no segundo Dia Europeu contra a Pena de Morte possamos celebrar a tão necessária e esperada moratória universal.



OPINIÃO



JESUÍNA RIBEIRO
Presidente do DFMS da FAUL
Coordenadora da Secção de
Educação da FAUL

É pois importante que Portugal se empenhe para que toda e qualquer pessoa, desde o primeiro momento em que se encontra em território português, possa usufruir dos direitos fundamentais, sem distinção de sexo, etnia, religião, condição social

INTEGRAR NO RESPEITO PELA IDENTIDADE

DESDE sempre o homem migrou. Aliás, a génese da civilização humana deriva da mobilidade do ser humano. Acreditando na versão bíblica da criação do mundo não é difícil imaginarmos os descendentes de Adão e Eva em migração por essa terra fora em busca de novos territórios e melhores condições de vida!

Enfim, é tão insito ao ser humano o adaptar-se e resignar-se à situação e condições em que vive quanto partir à descoberta de novos mundos.

Sem necessidade de nos reportarmos a tempos imemorais, onde as migrações das populações estão por demais atestadas cientificamente, podemos fixar-nos nos dois séculos passados para verificar que o homem sempre migrou.

A partir do nosso país houve vários surtos migratórios: para o Brasil, Venezuela e Argentina, para o Canadá e Estados Unidos e durante o salazarismo emigrou-se sobretudo para França, Alemanha e Luxemburgo. Mais recentemente, já depois de Abril, portugueses houve e há que partem para Inglaterra ou então para a vizinha Espanha.

Se hoje somos um país acolhedor de imigrantes, temos sido, fomos, um país de emigrantes; daí sabermos pela história contemporânea e muitas vezes através de relatos directos de familiares o que foi a emigração, o que é a condição de imigrante.

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a 31 de Dezembro de 2005 eram titulares de uma autorização de residência 275.906 cidadãos de nacionalidade estrangeira, sendo as nacionalidades mais representativas Cabo Verde, Brasil, Angola e Guiné Bissau. Esta população estrangeira titular de autorização de residência, encontra-se concentrada sobretudo no litoral, principalmente no distrito de Lisboa, com 51,9 por cento, portanto mais de metade dos estrangeiros. Já durante o ano de 2005 foram prorrogados pelo SEF 93 391 autorizações de permanência, representando 50,8 por cento do total das concedidas entre 2001 e 2004. No que concerne aos vistos de longa duração durante o ano de 2005 foram prorrogados pelo SEF 46 637 vistos de longa duração, 49,5 por cento por motivo de estada temporária, 34,6 por cento vistos de trabalho e 15,7 por cento de estudo.

É pois importante que Portugal se empenhe para que toda e qualquer pessoa, desde o primeiro momento em que se encontra em território português, possa usufruir dos direitos fundamentais, sem distinção de sexo, etnia, religião, condição social. Ao mesmo tempo, toda a pessoa que viva em Portugal deve respeitar os valores em que se baseia a sociedade, os direitos dos outros, os deveres de solidariedade exigidos pela lei.

Ao prever a paridade de direitos e deveres para todos, a lei deve dar o seu apoio a quem sofra discriminações, ou viva em estado de necessidade, removendo os obstáculos que impeçam o pleno desenvolvimento da pessoa.

Tal como refere o Programa do XVII Governo Constitucional pretende-se promover uma política de imigração inclusiva, assim Portugal optou por uma política de abertura regulada à imigração, adoptando uma estratégia em torno de três eixos: regulação, fiscalização e integração.

Neste sentido, considerou-se pertinente repensar as regras de atribuição da nacionalidade e aquisição da nacionalidade portuguesa, partindo do pressuposto que essas regras se podem e devem constituir como um factor de inclusão social.

Outro instrumento importante para a política da imigração é o Plano para a Integração dos Imigrantes (PII) que sistematiza os objectivos do Estado nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes. O PII define, para o próximo triénio, um roteiro concreto de políticas, nomeadamente, para combate ao abandono e insucesso escolar, reforço da formação profissional, ensino da língua portuguesa, e acesso ao pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, particularmente nas áreas da saúde, habitação e justiça.

Pretende-se, assim, que Portugal esteja apto a oferecer um caminho de integração que respeite a identidade de cada um e que leve aqueles que escolham viver no nosso País a participar activamente na vida social.

Optimismo prudente sobre Tratado da UE



UM ACORDO político sobre o futuro Tratado da União Europeia (UE) no próximo conselho informal de 18 e 19 deste mês, em Lisboa, é possível. Esta a convicção manifestada pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, na recente reunião, na Assembleia da República, de presidentes de grupos parlamentares socialistas e sociais-democratas da UE.

“Subsistem algumas questões, mas do ponto de vista da presidência portuguesa, todas elas são ultrapassáveis”, declarou Santos Silva, reiterando de seguida que o referido acordo é “inteiramente possível”.

E acrescentou que a atitude da presidência portuguesa é “de prudência, mas também de optimismo e, sobretudo, uma atitude de consciência de que é preciso dotar a União Europeia de uma nova arquitectura institucional”.

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS), Alberto Martins, na sua intervenção de abertura da reunião, insistiu na importância da denominada “Nova Europa Social”, considerando “um desafio incontornável e vital” a reforma do Estado social.

Para isso, sustentou, é preciso reformá-lo, reforçar a sua eficiência e a sua equidade, e defender a sua sustentabilidade, levando-o a servir cada vez mais pessoas e cada vez melhor.

“O compromisso da Europa para

com a justiça social é algo que nos distingue e distingue o espaço europeu”, afirmou o líder da bancada do PS, destacando a identidade europeia.

Alberto Martins defendeu melhores políticas sociais, como o “pleno emprego” e o “investimento nas pessoas, no quadro de um modelo de sociedade inclusiva”, como valores que distinguem e são defendidos pelo grupo socialista europeu.

Mas não se esqueceu de referir as problemáticas associadas à globalização e ao crescimento económico, considerando que, deste ponto de vista, é crucial “aprofundar e levar a bom termo a Estratégia de Lisboa”, bem como “reforçar o triângulo do conhecimento – inovação, investigação e educação”.

Vincou igualmente aspectos relativos à segurança ao advogar um reforço da “cooperação policial e judiciária na luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada”.

E, depois de deixar claro que “o diálogo social não pode ser esquecido” e que “a diversidade da Europa é o seu triunfo indestrutível”, concluiu a que a UE “é muito mais do que um mercado”.

“Ambicionamos uma Europa que combine harmoniosamente competitividade, cooperação, solidariedade e respeito pelo ambiente”, rematou Alberto Martins.

Já o membro da comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu e representante

do PE na CIG, Enrique Barón Crespo, sublinhou as alterações positivas do novo Tratado em relação ao anterior Tratado Constitucional, nomeadamente ao nível do estatuto de cidadania europeia e do valor autónomo da Carta dos Direitos Fundamentais dos cidadãos europeus.

“Havia uma absoluta incongruência quando se dizia (no anterior Tratado) que o Parlamento Europeu representava os cidadãos, sem explicitar quem era o cidadão europeu”, precisou.

Barón Crespo congratulou-se ainda pela prevista aprovação da Carta dos Direitos Fundamentais, a 10 de Novembro, considerando-a “uma vitória para todos”.

No final da reunião, em conferência de Imprensa, o presidente do Grupo Socialista no PE, Martin Schulz, e Alberto Martins lançaram um apelo aos chefes de Estado e de Governo para que aprove o novo tratado na cimeira informal de Lisboa, nos dias 18 e 19 de Outubro, e se empenhem na sua ratificação.

Martin Schulz disse estar optimista quanto à aprovação do tratado, após ter conversado com o primeiro-ministro português e presidente em exercício da UE, José Sócrates, e considerou que a “fase decisiva” se inicia após a cimeira de Lisboa.

“Espero que todos os Estados-membros ratifiquem o tratado, seja por ratificação parlamentar ou referendária”, disse Schulz. **M.R.**

O PS NO OESTE

PRESIDENTE

José Manuel Dias Custódio

COMISSÃO POLÍTICA

Eleitos

António Carlos Nunes Carneiro
António Manuel Lopes Marcelino
António Pedro Franca Carvalho
Augusto Filipe Silva Dinis
Carlos Gustavo Fernandes Patuleia
Estefânio Nogueira Teófilo
Fernando Augusto Marques Rodrigues
Secretário

Fernando Jorge Sousa Gonçalves
Fernando José Martins Ferreira
João Francisco Franco Pereira
Secretário

José Augusto Clemente de Carvalho
Presidente

José Lourenço Mauricio
José Silva Faria
Luís Alberto Teixeira Duarte
Luís Fernando Martins Rema
Maria Helena Rodrigo Máximo Costa
Maria Manuela Hortas Silva Pacheco
Mário Augusto Anagua Carvalho
Paulo César Silva Pinto
Adelino Jesus Nobre
Ana Cristina Martins Cruz Escalada
António Manuel Martins Gomes
Eduardo José Carvalho Marques
Joaquim Apolinário Felix Oliveira
José António Vale Paulos
José João Pereira Gracio
José Luís Ferreira Mendes de Sousa
Luís Manuel Carv. Aguiar Gualdino
Manuel António Caseirito Silva
Octávio Santos Pereira Perluxo
Pedro Domingos Jorge
Rogério Augusto Costa Campos Pacheco
Rui Jorge Sobral Henriques
Rui Manuel Cabaco S. Branco
Susana Maria Sousa Oliveira Fortes

Inerentes

Álvaro Joaquim Gomes Pedro
Carlos Manuel Soares Miguel
José Augusto
Nuno Castanho Fortes
Maria João Botelho
José Manuel Custódio
Alberto Avelino
Fernando Rodrigues
Casimiro Ramos
Carlos Patuleia
Carla Maria Pereira
Eduardo Galamba

Manuel Santos Viana
Armando José Caroco Custodio
Joao Duarte Anastácio Carvalho
Goncalo Calçada
JS
Renato Henriques
JS

COMISSÃO FINANCEIRA

Fernando Pinto da Silva
Daniel José Geada
António Augusto Vale
Henrique António Alves Ochseberg
Ana Paula Rodrigues V. Paulos

COMISSÃO DE JURISDIÇÃO

Miguel Cordeiro Henriques
Maria Graça Santos Guerra
José Carlos Oliveira
José Henrique Tomé Lourenço
Jorge Ferreira
Emília Paulo Ramiro Carneiro
Maria Jesus Gonçalves
Célia Miranda

PRESIDENTES DE CONCELHIAS

Manuel Santos Viana
Alenquer
Casimiro Francisco Ramos
Arruda dos Vinhos
Maria João Marques Pacheco Botelho
Cadaval
Joao Duarte Anastácio Carvalho
Lourinhã
Armando José Caroco Custodio
Sobral de Monte Agraço
Carlos Manuel Soares Miguel
Torres Vedras

SECRETARIADO

Augusto Miguel F. Paiva Salgueiro
Edite Maria Pinto Fernandes Antunes
Jorge Manuel Cunha Mendes Riso
José António Costa Tomé
José Manuel Pereira Gonçalves
José Manuel Rosa Correia
Manuel João Alves E. Guiomar
Maria João Marques Pacheco Botelho
Mário Fernandes Lopes
Rui José Prudêncio
Cláudia Sofia Horta Ferreira
JS

DEPUTADOS DA AR

José Augusto Clemente de Carvalho

DEPARTAMENTO FEDERATIVO DAS MULHERES SOCIALISTAS

Presidente

Maria João Marques Pacheco Botelho

Conselho Consultivo

Teresa Alexandre Félix
Isabel Maria Pinheiro
Maria da Graça Santos
Lisete Maria Almeida
Susana Maria Sousa Fortes
Leonia Elias da Silva Anacleto
Catarina da Silva
Maria de Lourdes Lopes Calçada
Ana Rosa Ferreira Fortunato
Maria Luísa Ferreira Custodio
Maria José Clemente Viana
Graça Maria Silva
Maria Helena Rodrigues Costa
Ana Teresa Ferreira Gomes
Edite Maria Pinto Antunes
Vera Mónia Gomes Miranda
Ana Cristina Escalada
Ana Isabel Barros Santos
Maria Margarida Ramalho Pereira
Celeste Aurora P. Patuleia
Célia Cristina Miranda
Maria Teresa Roque Dias
Maria Julia Fonseca Simões

Secretariado

Teresa Alexandre Félix
Isabel Maria Pinheiro
Maria da Graça Santos
Lisete Maria Almeida
Susana Maria Sousa Fortes
Leonia Elias da Silva Anacleto

JUVENTUDE SOCIALISTA

Presidente

Cláudia Sofia Horta Ferreira

Comissão Política Federativa

Carlos Tiago Levezinho Luís
Gonçalo Pedro Lopes de Matos Ferreira
Calçada
Rodrigo Manuel Miranda Hipólito
Liliana Isabel Baltazar Patrício
João Paulo Costa Moreira
Sónia Maria Abucide Santos
Renato Manuel Filipe Henriques
Bruno Alexandre Jorge Pontes
Carlos Alexandre Pereira Granadas
Pedro Miguel Gomes Henriques
Rodrigo Filipe Jorge Santos
Luís Filipe Oliveira Gomes
Filipa Fialho Leandro
Walter Manuel Trindade V. Mendes
Marco Filipe Ribeiro Neves
João Luís Redondo
Liliana Sofia Pereira Romão
Sara Isabel Hipólito
Simão Pedro Lopes Carvalho
Joaquim António dos Santos Cardoso
João Miguel Maçarico Nicolau
Flávio José Prudêncio Reis

Comissão de Jurisdição

Nélson Laureano Oliveira Aniceto
Ricardo Jorge Santos Alexandre
Octávio Manuel Ferreira Amaro
Lindo António Pratas Cambão
Ricardo Alexandre da Silva Santos

Secretários da Mesa da Assembleia

Rodrigo Filipe Jorge Santos
João Miguel Maçarico Nicolau

Secretariado JS

Cláudia Sofia Horta Ferreira
Gonçalo Pedro L. M. F. Calçada
Rodrigo Manuel Miranda Hipólito
Liliana Isabel Baltazar Patrício
João Paulo Costa Moreira
Sónia Maria Abucide Santos
Carlos Alexandre Pereira Granadas
Luís Filipe Oliveira Gomes
Walter Manuel Trindade V. Mendes
Artur Narciso
Liliana Sofia Pereira Romão



“Nunca como hoje a FRO est

ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA FRO

O trabalho dos nossos autarcas na região tem sido “exemplar”, afirma José Manuel Custódio, que destaca as “enormes potencialidades” da Região Oeste, “uma espécie de diamante por lapidar”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da FRO sublinha que nunca como hoje a Federação “esteve tão perto dos militantes”, considera que o Governo tem tido uma “actuação positiva” nas questões nacionais e na reforma do Estado e diz não ter dúvidas que José Sócrates é um primeiro-ministro que ficará na história.

J. C. CASTELO BRANCO

O que é que a sua liderança trouxe de novo à Federação?

Tal como propus na moção vencedora do congresso federativo, a minha liderança trouxe à FRO, entre outras, três diferentes mais-valias, mas complementares entre si. Em primeiro lugar, aproximámos a Federação e as suas estruturas aos militantes e simpatizantes, abrindo desta forma as suas possibilidades de participação política, sendo hoje o verdadeiro ponto de referência do PS na região. Em segundo e em virtude da minha qualidade de presidente de Câmara, foi criada uma nova visibilidade externa da Federação, usufruindo dos diferentes palcos políticos em que estou presente, permitindo desta forma um maior reforço político para o PS. Em terceiro lugar, iniciámos um diálogo com as concelhias que são parte integrante da região Oeste mas que não fazem parte da FRO, tendo como objectivo a criação de um “Clube de Política do Oeste”, de acordo com os estatutos do PS, e que terá como principal missão a criação de condições para que os assuntos da Região Oeste sejam partilhados e debatidos por todos os autarcas socialistas que hoje fazem parte da NUT3 Região Oeste, permitindo desta forma o reforço das posições defendidas pela FRO.

Quais as iniciativas que estão em agenda a curto prazo?

Antes de lhe responder a essa questão gostaria de lhe elencar algumas das acções mais emblemáticas da nossa acção até hoje. Na área da formação: Curso Código do Procedimento Administrativo, Curso Gestão por Objectivos-SIA-DAP, Curso sobre Ferramentas Políticas e Legais para exercer oposição. Na área da informação: Colóquio sobre PNPOT e PROT da Região Oeste, Colóquio sobre o QREN para a Região Oeste, Colóquio sobre Educação. Na área da acção política: constituição do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas, criação de uma Comissão de Acompanhamento do Aeroporto da Ota, criação de

Semanas Temáticas de cariz político, constituição de Grupo de Acção Cultural e Património. Até ao final do ano temos agendado a realização de três colóquios, um sobre a temática da Vinha e do Vinho em Alenquer, outro sobre Urbanismo na Lourinhã e um outro sobre as Cidades Criativas em Torres Vedras. Estas são algumas das acções programadas mas que se forem à nossa página da Internet poderão consultar o nosso programa de acção mais em pormenor.

Como são as relações com a JS e as Mulheres Socialistas?

Como já tive ocasião de referir, a criação do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas foi efectuada sob a minha presidência, sendo que a colaboração prestada pela Federação é total a todas as suas iniciativas. Com a JS desenvolvemos o mesmo tipo de relação, ou seja a de cooperação total. Aproveito para desejar as melhores felicidades aos novos órgãos federativos da JS agora eleitos e dizer-lhes que podem contar com toda a nossa colaboração, nas suas futuras acções.

De que forma é que a Federação apoia a actividade das secções e concelhias?

As concelhias e as secções sabem que podem contar sempre com todo o apoio da FRO, quer com a presença de dirigentes da federação na suas iniciativas quer com apoio de ordem logística e/ou financeiro. Por outro lado, não nos cabe substituímo-nos às concelhias e secções, é necessário que também elas promovam actividades e acções. No entanto, gostaria de referir que todas as iniciativas da Federação também contam com o apoio e participação de todas as concelhias e secções. O PS só faz sentido se a colaboração for efectuada nos dois sentidos.

Quais são, no seu entender, os principais problemas com que se debate a Região Oeste?

O Oeste é uma região com potencialidades imensas, desde que se resolvam alguns factores que estrangulam o seu desenvolvimen-



to. Estou-me a lembrar de algumas vias de comunicação fundamentais, como o IC11 ou a estrada N9, do aeroporto da Ota, de uma paragem do TGV na região Oeste, a transformação do porto de Peniche num porto de águas profundas. Como vê são todos investimentos da área do Governo, porque a bem da verdade os investimentos das câmaras têm sido todos realizados pelos nossos autarcas socialistas, numa lógica de parceria com o Governo que por vezes não tem “feedback”.

Qual a articulação política que faz com os deputados socialistas eleitos por esse círculo eleitoral?

A FRO tem no deputado eleito pela nossa região, o José Augusto Carvalho, um elemento fundamental na articulação política desenvolvida por nós. É através dele e porque está junto de um poder central que se têm resolvido algumas situações que não poderiam ser resolvidas de outra forma, ao mesmo tempo é também mais um elemento da região que tem

“A Lei das Finanças Locais tem de ser vista como um desafio à capacidade de todos os autarcas em gerir melhor e de forma mais transparente os dinheiros públicos”

teve tão perto dos militantes”

pecados, mas tem de ser vista como um desafio à capacidade de todos os autarcas em gerir melhor e de uma forma mais transparente os dinheiros públicos. É importante para o poder local afastar o ónus da má gestão pública dos recursos, porque se existe alguém que neste País tem feito tanto com tão pouco, têm sido os autarcas. Gostaria ainda de referir que os autarcas da Região Oeste do PS foram dos poucos que votaram favoravelmente esta lei em sede de Assembleia Geral da Associação Nacional de Municípios realizada no Coliseu.

Que avaliação faz do trabalho desenvolvido pelos nossos autarcas no distrito?

Como já deixei implícito em algumas das respostas anteriores, o trabalho dos autarcas do PS na região tem sido exemplar até para autarquias controladas por outras forças políticas. São eles que estão junto das pessoas e lhes resolvem os problemas diários, são eles que dão a cara por transferências de competências sem a respectiva transferência financeira, resumindo, são autarcas na verdadeira assunção da palavra e credores do nosso respeito e aplauso, sabendo todos eles que a FRO nunca esteve tão perto deles como agora e que podem contar com todo o nosso apoio.

De que forma a Federação está a preparar com os nossos eleitos no poder local as eleições autárquicas de 2009?

Este é um trabalho que já se iniciou antes do Verão, no entanto cabem às concelhias e secções o trabalho maior. Trabalho esse que a FRO tem acompanhado de perto, tendo sido constante e a pedido das respectivas secções, a presença nas reuniões das concelhias, do membro do secretariado federativo Rui Prudêncio, designado para acompanhar esse processo.

Qual a mais-valia da Região Oeste e como pode ser potenciada?

Como já tive oportunidade de salientar, a Região Oeste é uma região com enormes potencialidades, uma espécie de diamante por lapidar. A nossa região não se caracteriza pela existência de uma mais-valia em particular, mas sim por um conjunto de características com potencialidades de se desenvolverem. A sua localização geográfica a ocupar uma zona central do nosso país, o seu clima e respectivos microclimas potenciadores de uma agricultura diversificada, as suas paisagens que convidam a um turismo de qualidade, a proximidade de Lisboa, a existência de uma cultura própria, a presença de um espírito empreendedor e de trabalho, conferem à nossa região uma série de potencialidades que

exercido o “Magistério da Influência”, como apelidou e muito bem o Mário Soares a esta possibilidade de influenciar algumas decisões políticas junto do poder central. A sua colaboração tem sido incedível e além do mais é também presidente da mesa da Comissão Política da FRO.

Na sua qualidade de autarca, o que pensa de nova Lei das Finanças Locais?

A nova Lei das Finanças Locais tem inúmeras virtudes e alguns



“O Governo iniciou um conjunto de reformas do Estado necessárias para que se possa com base num novo modelo estrutural iniciar uma governação com um maior pendor socialista, criando condições para a diminuição do desemprego, da desigualdade e das injustiças”

com algum trabalho de parceria com o poder central tem tudo para dar certo.

Que balanço faz dos dois anos e meio de governação socialista e o que espera do Executivo até final da legislatura?

Este tem sido sem dúvida um Governo com um forte pendor reformista, sendo que em jeito de balanço tem tido uma actuação positiva nas grandes questões nacionais e na reforma do Estado. A conjuntura nacional que este Governo encontrou era de tal modo gravosa que pouco mais lhe era exigido do que o equilíbrio das contas públicas, mas o Governo não ficou por aí e iniciou um conjunto de reformas do Estado necessárias para que se possa agora com

base num novo modelo estrutural iniciar uma governação com um maior pendor socialista, criando condições para a diminuição do desemprego, da desigualdade e das injustiças. É isto que eu espero até final de legislatura

Que comentário lhe merece a actuação do primeiro-ministro?

Se há primeiros-ministros que ficam na história, José Sócrates será sem dúvida um deles. O equilíbrio das contas públicas e o seu trabalho em modernizar o país começa hoje a dar frutos, sendo talvez o mais emblemático o programa de distribuição de computadores nas escolas, criando desta forma um portal de oportunidades a estes alunos que dificilmente teriam acesso de outra forma.

Há alguma mensagem que gostasse de dirigir aos militantes da Federação?

Os militantes da FRO sabem que a Federação está aberta à participação de todos, apoiando todas as iniciativas para a qual é solicitada e criando os espaços necessários para essa participação. Nunca como hoje a FRO esteve tão perto dos militantes. O tempo que falta para 2009 e respectivas eleições autárquicas passa muito rapidamente, sendo necessária uma maior mobilização em torno das estruturas concelhias e federativa para em conjunto todos encontrarmos as melhores soluções para as nossas populações e ganhar os locais que nos faltam para pintarmos a região com as cores do PS.

PES Women lança repto pela igualdade à presidência portuguesa

O aumento da licença de paternidade e a inclusão no Código do Trabalho de normas concretas que prevejam um maior envolvimento dos homens e dos pais na vida familiar foram as principais reivindicações feitas pela presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), Maria Manuela Augusto, durante conferência anual do PES Women, que decorreu recentemente em Lisboa, subordinada ao tema “As Mulheres no Mercado de Trabalho”.

MARY RODRIGUES

AO FALAR perante um vasto auditório, na FIL do Parque das Nações, Maria Manuela Augusto defendeu que as leis laborais dos diferentes países da União Europeia precisam reconhecer igual valor à maternidade e à paternidade, ao mesmo tempo que devem procurar consubstanciar um novo modelo de organização do trabalho, assente numa também nova forma de gestão do tempo.

Esta é, segundo a dirigente do PS, a forma mais eficaz de combater os estereótipos através dos quais os empregadores continuam a olhar para homens e mulheres no mercado de trabalho.

Desta discriminação persistente são sinais claros, segundo apontou, o maior desemprego feminino, a desigualdade salarial, as diferentes oportunidades de progressão nas carreiras, a pouca disponibilidade ou o pouco tempo que resta às mulheres para a sua formação contínua ou requalificação profissional, bem como as baixas reformas num ciclo de vida posterior.

Para a presidente do DNMS, esta é uma situação injusta para as mulheres, “porque as sobrecarrega de tarefas e de cansaço”, mas também para os homens, “que estão sujeitos a múltiplos constrangimentos para conseguirem partilhar as responsabilidades na sua vida privada e familiar”.

Esta dupla discriminação, aliada à falta de conciliação, “está a ter reflexos ao nível da natalidade, provocando sérios desequilíbrios demográficos que podem pôr em perigo o modelo de protecção social europeu”, alertou a dirigente socialista, para quem é

urgente adoptar “novas e criativas medidas” de apoio às famílias e à conciliação.

Deixando um apelo para que, no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, os temas relativos à igualdade de género permaneçam prioritários, particularmente os que se referem à empregabilidade e ao empreendedorismo feminino, saudou as medidas implementadas neste âmbito pelo Governo do PS em Portugal, referindo-se em concreto às prestações pagas às mulheres grávidas, ao aumento de mais de 50 por cento dos lugares em creches e à criação da rede de cuidados continuados de saúde.

Já a presidente das Mulheres Socialistas Europeias, Zita Gurmai, aproveitou a realização da conferência anual no nosso país para manifestar o apoio do PES Women ao trabalho das suas congéneres portuguesas, criticar as diferenças salariais entre géneros e vincar que apenas 10 por cento das mulheres chegam a lugares de topo na hierarquia laboral, embora uma significativa maioria das trabalhadoras alcancem elevados níveis de formação e qualificação profissional.

A mudança começa na linguagem

Por seu turno, Soledad Murillo, secretária-geral de Políticas para a Igualdade de Espanha, propôs uma mudança de linguagem na abordagem que é feita relativamente a esta problemática.

“Não temos de falar em conciliação, mas sim em falta de coresponsabilização”, clarificou, acrescentando que, no quadro da Lei da Igualdade actualmente em



vigor no vizinho país, adopta-se o princípio da igualdade como uma homologação das diferenças e dos direitos de cidadania, sem cair na armadilha frequente de se defender este desígnio como se de um direito ligado a minorias se tratasse.

“A igualdade de género e de oportunidades exige uma efectiva democratização dos espaços, quer na Administração Pública, quer no sector privado, quer ainda no acesso a cargos de responsabilidade e de representação política”, sublinhou Murillo, apontando de seguida para o carácter crucial de que se reveste, neste âmbito, o princípio de “imparcialidade” consubstanciado em normas legais e planos de acção concretos para os quais, advogou, devem ser definidos critérios exactos de saberes e competências.

Também o secretário de Estado da Presidência de Conselho de Ministros que tutela a área da Igualdade, Jorge Lacão, após uma breve alusão ao historial da Estratégia de Lisboa, apontou como problemas a resolver a maior taxa de desemprego das mulheres na Europa e o facto da média do “gap salarial” nos Estados-membros da União rondar já os 15 por cento no sector público e os 25 por cento no sector privado.

Referiu-se também à temática da flexigurança, vincando que se trata de conciliar exigências de flexibili-

dade das empresas com os valores de estabilidade e segurança no emprego com qualidade, para depois defender que “há muito ainda a fazer pela qualidade do emprego das mulheres, pela promoção da sua qualificação e pelo acesso em igualdade de oportunidades ao mercado de trabalho”.

“Reconhece-se que o empreendedorismo feminino pode consubstanciar uma via para a promoção da igualdade”, afirmou, lamentando porém que na UE não se tenha conseguido até agora encorajar nesse sentido um número suficiente de mulheres.

Em contraposição, Lacão disse que, em Portugal, o Governo do PS está a implementar políticas e medidas, apoiadas nas necessárias dotações financeiras, para ultrapassar os obstáculos que se colocam não só ao empreendedorismo feminino, mas também ao crescimento da empregabilidade das mulheres, considerando que a presidência portuguesa da UE deve reservar um espaço prioritário de reflexão para as questões da igualdade de género e de oportunidades.

A encerrar a sessão, Edite Estrela, líder da Delegação Portuguesa dos Deputados Socialistas ao Parlamento Europeu, saudou a qualidade das intervenções feitas ao longo da conferência anual do PES Women, porque, sublinhou, “é

necessário que não só se cultivem os pensamentos mas também que saibamos transmiti-los de forma eficiente e eficaz”.

Para a dirigente socialista, “muitas e importantes conquistas alcançadas no domínio da igualdade no nosso país devem-se à actuação do Governo do PS, em geral, e à de Jorge Lacão, em particular, pela sua capacidade de influenciar e implementar medidas concretas”.

Neste sentido, considerou fundamental a prossecução de políticas que melhorem a gestão do tempo das pessoas, bem como as que passem pela criação de equipamentos sociais intergeracionais.

Neste encontro do PES Women intervieram também Maria Tomasseti, coordenadora da Unidade para a Igualdade entre Mulheres e Homens da Comissão Europeia, Paula Esteves, coordenadora da Comissão de Mulheres da União Geral de Trabalhadores (UGT), Maria do Céu Cunha Rego, ex-secretária de Estado para a Igualdade em Portugal, Ania Skrzypek, secretária-geral da ECOSY – organização dos Jovens Socialistas Europeus, Belinda Pyke, directora para a Igualdade entre Homens e Mulheres, Acção Contra a Discriminação da Comissão Europeia, Anabela Ventura, empresária, Fotini Sianou, antiga membro da Comissão de Mulheres da ETUC, Grécia.



Investimento de 140 milhões de euros em Mira

O EMPREENDIMENTO de aquacultura a instalar em Mira, distrito de Coimbra, é um “projecto especial” e “exemplar” pelo seu impacto económico e pela inovação que trará ao sector em Portugal. Foi esta a apreciação feita pelo primeiro-ministro, José Sócrates, ao intervir na sessão que assinalou o início das obras de um projecto orçado em 140 milhões de euros.

Para José Sócrates, “este projecto tem como consequência introduzir potencial num sector que há muito dele precisava” e “dar um empurrão à aquacultura e à inteligência que está por trás dos projectos inovadores e competitivos”.

Refira-se que o Acuinova de Mira é um empreendimento dinamizado pelo grupo Pescanova, que terá a sua primeira fase concluída em 2008, passando a produzir 7 mil toneladas por ano de pregado, o que o transformará no maior centro de produção daquela espécie no mundo.

Segundo o chefe do Governo, “haverá um antes e um depois deste projecto”, não só pela dimensão do investimento, mas também por se conseguir duplicar a produção aquícola nacional, pela inovação que implica, pela inteligência aplicada, pela sua vocação para a exportação (99 por cento da produção irá para a Europa) e pelo facto de servir para posicionar o nosso país em mercados com “fortes padrões de competitividade”.



“É também importante porque é um caso exemplar”, afirmou o primeiro-ministro, que não deixou passar a oportunidade de apontar que em Portugal existe um bom ambiente para os negócios, constatável pelo facto de terem apenas decorrido 16 meses entre o momento de apresentação deste projecto ao Governo e o início das obras.

E acrescentou que este é um “caso de rigor e exigência ambien-

tal” apresentadas ao investidor, compatibilizando o projecto com “os mais elevados valores ambientais do país”.

“É um projecto que está na vanguarda tecnológica da protecção ambiental”, vinçou Sócrates por último, antes de se congratular pelo facto deste projecto de impacto nacional, que é o da produção de pregado em Mira, seja dinamizado pela Pescanova, um dos símbolos industriais da Galiza, o que vem re-

forçar a ligação a uma região que “é um orgulho para os portugueses”.

Por sua vez, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, Jaime Silva, enalteceu também as virtualidades do projecto, assinalando especialmente que o objectivo do Governo não passa por duplicar a produção aquícola em Portugal, mas quadruplicá-la, atingindo as 28 mil toneladas por ano no termo do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O governante referiu-se ainda à questão ambiental, lembrando que a zona de dunas de implantação do projecto foi florestada com pinheiro bravo nos anos 30, e não abarca mais do que 1,5 por cento dessa espécie.

Na zona, acrescentou, não existem espécies vegetais em risco.

ACUINOVA EM NÚMEROS

800
novos postos de trabalho

140.000.000
euros em investimento da Pescanova

7000
toneladas de pregado em 2008

10.000
toneladas/ano numa segunda fase

Já Manuel Pinho, ministro da Economia e Inovação, salientou que este projecto, o maior de produção de pregado no mundo, revela que “está ao alcance dos portugueses liderar em alguns sectores”, como também está a acontecer nas energias renováveis, finalizando ao deixar um desafio aos empresários presentes para que apresentem ao Executivo outros projectos para a exploração dos recursos do mar. **M.R.**

Fábrica de pilhas de combustível instala-se em Montemor-o-Velho

O investimento estrangeiro em Portugal é um “sinal de confiança” no futuro da economia e da sociedade, afirmou em Montemor-o-Velho o primeiro-ministro, José Sócrates, durante o lançamento de uma plataforma tecnológica, que inclui a construção de uma fábrica e de um centro de investigação, para o fabrico de pilhas de combustível para a produção de energia.

“NINGUÉM investe em Portugal 60 milhões de euros numa fábrica com esta dimensão se não tiver confiança na economia e na sociedade portuguesa”, sublinhou o chefe do Governo.

A nova unidade industrial, cujo processo de fabrico é totalmente automatizado, é um investimento de 69,3 milhões de euros do grupo AGNI, empresa malaia que engloba capitais da Malásia, Singapura e EUA.

José Sócrates sustentou que o “projecto de futuro” da plataforma tecnológica para produção de energia a partir de pilhas de combustível alimentadas a hidrogénio e oxigénio está “na linha da frente” das exigências mundiais na área energética, associando à produção o conhecimento e investigação.

“A inteligência e o saber para as produzir, desenvolver e tornar competitivas vai ser muito



exigente nos próximos anos. Mas há poucos em todo o mundo a fazer aquilo que a partir de agora se vai fazer aqui em Montemor-o-Velho”, disse o primeiro-ministro.

E pôs em evidência a dimensão nacional do investimento da AGNI, por este fomentar “conhecimento, qualificações e investigação” em Portugal na área da energia, bem como por cerca de 80 por cento da sua produção se destinar à exportação.

Este investimento, segundo Sócrates, repre-

senta que a AGNI “confia na inteligência portuguesa, nas nossas universidades, nos nossos investigadores porque sem eles o projecto não irá para a frente. Mas também confia no futuro da economia portuguesa”.

Referindo “os esforços políticos” que o Governo vem fazendo para atrair investimento, Sócrates sublinhou: “Se tivermos sorte, se o projecto que é sempre uma aventura tiver sucesso, Montemor-o-Velho fica no mapa da inteligência em Portugal. Este é o projecto mais

220

é o número de postos de trabalho que a fábrica da AGNI irá criar, dos quais 55 altamente qualificados

“Este é o projecto mais inovador no domínio da energia em Portugal”

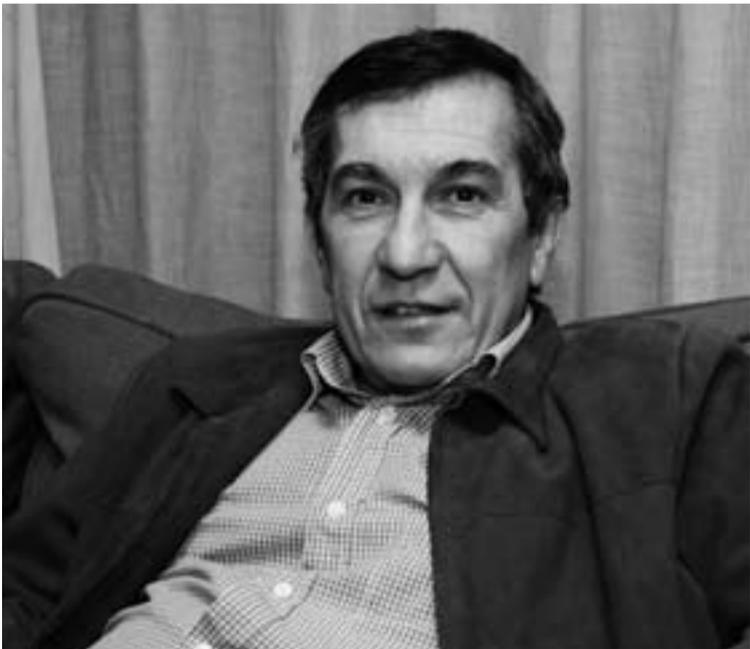
JOSÉ SÓCRATES

inovador no domínio da energia em Portugal”, disse José Sócrates.

A fábrica da AGNI ficará instalada no Parque de Negócios de Montemor-o-Velho, junto à Estrada Nacional 111 (Figueira da Foz-Coimbra), e irá criar cerca de 220 postos de trabalho, dos quais 55 altamente qualificados, no centro de investigação.

Com este investimento, a AGNI diz pretender contribuir para a “consolidação e internacionalização de um ‘cluster’ energético de alta tecnologia em Portugal”. **J. C. C. B.**

Associações de consumidores vão beneficiar de mais apoios



O GOVERNO vai disponibilizar de imediato um conjunto de apoios financeiros a 13 associações de consumidores e cooperativas de consumo, no valor global que ultrapassa os 79 mil euros.

O anúncio foi feito pelo secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro, que garantiu que a atribuição destes apoios destinasse a auxiliar projectos desenvolvidos durante 2007, visando reforçar as estruturas representativas dos consumidores portugueses, tanto a nível nacional e regional, como a nível local, medida que consubstancia “um dos objectivos

centrais da política de defesa dos consumidores”.

Serão 13 as entidades ligadas à defesa do consumidor que passarão, desde já, a beneficiar de um conjunto de ajudas do Governo, nomeadamente a Deco, CGTP ou a Fenacoop, entre outras organizações, apoios que serão dirigidos especialmente para projectos que envolvem designadamente o gabinete de apoio aos sobreendividados, a educação para os media, a divulgação técnica e científica dos direitos dos consumidores, a formação e sensibilização dos jovens em idade escolar e a formação dos recursos humanos ao serviço das associações de consumidores. **R.S.A.**

Governo quer duas mil vagas em Medicina

É PRECISO aumentar para duas mil as actuais 1400 vagas de ingresso em Medicina em todo o país, defendeu o ministro da Saúde, António Correia de Campos, durante a inauguração da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, em Braga.

“É evidente que 1400 alunos não são suficientes, tendo em conta as previsões de evolução da demografia médica”, disse, apelando às universidades para que criem condições para que esse crescimento seja uma realidade.

Este ano, nas licenciaturas de Medicina, um dos cursos com mais procura pelos estudantes do ensino superior, abriram 1332 vagas no Continente, mais 48 do que em 2006, e 68 nas regiões autónomas, o que dá um total de 1400 lugares, mais quatro por cento do que no ano passado.

Correia de Campos considerou que é “socialmente injusto” que os “melhores intelectos” do país frequentem o “curso de Medicina em Espanha, muitos aqui ao lado na Galiza, ou algumas centenas na República Checa”.

Na sua intervenção, Correia de Campos elogiou ainda “a altíssima qualidade”, quer do curso de Medicina, quer da investigação em ciências médicas da Universidade do Minho e enalteceu o facto de a instituição ter respondido positivamente ao apelo para aumento de vagas, passando de 50 para 100 o número de alunos no primeiro ano.

O ministro da Saúde referiu-se



também ao projecto do novo Hospital de Braga que ficará sediado em terrenos vizinhos e será do tipo universitário, garantindo que o concurso público estará terminado em meados de 2009, devendo a obra ficar concluída dois anos depois, em 2011.

Questionado pelos jornalistas sobre o problema da falta de médicos em Portugal, nomeadamente

nas zonas do interior, o ministro disse que a falta faz-se sentir mais nas zonas urbanas, onde se concentra a maioria da população.

E lembrou, a propósito, que em 1986 os diferentes cursos de Medicina apenas aceitaram 186 vagas no primeiro ano, número que subiu, apenas para 450 em 1995, facto este que está na origem da actual carência de médicos.

Aprovado Plano Nacional de Saúde Mental até 2016

PARA facilitar uma maior integração dos doentes com as suas famílias e comunidades, o Conselho de Ministros aprovou na generalidade o Plano Nacional de Saúde Mental até 2016, um instrumento para a concretização de uma estratégia nacional que prevê medidas para a descentralização dos serviços.

Em conferência de Imprensa, o titular da pasta da Saúde, Correia de Campos, deixou claro que se trata de um plano que demorou cerca de um ano a preparar e que terá uma aplicação multisectorial, envolvendo vários ministérios e a coordenação do Alto Comissariado da Saúde, através de um coordenador nacional a nomear.

“A saúde mental não é apenas um problema do Ministério da Saúde”, disse o ministro Correia de Campos, frisando de seguida que o plano vai dedicar-se a situações de militares atingidos por stress traumático, reclusos inimputáveis e casos de reabilitação profissional.

“Há ainda áreas importantes como a prevenção ao nível da saúde mental no sistema educativo e a vertente da investigação científica”, apontou.

Ainda segundo o titular da pasta da Saúde, com o novo plano nacional do sector “haverá um reforço da mudança face ao tradicional modelo asilar, que



permaneceu longos anos em Portugal”.

“Temos ainda uma concentração destes hospitais em Lisboa, no Porto e em Coimbra”, observou Correia de Campos, para quem essa “concentração é negativa porque afasta o doente mental da sua família e da sua comunidade”.

No âmbito desta nova estratégia nacio-

nal para a área da saúde mental, o Governo decidiu criar uma Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental, estabelecendo assim condições para consubstanciar a cooperação multi-institucional entre entidades de vários ministérios com atribuições específicas nestes casos. **M.R.**

PRINCIPAIS OBJECTIVOS

- Assegurar o acesso equitativo a cuidados de saúde mental de qualidade a todas as pessoas com problemas de saúde mental do país, incluindo as que pertencem a grupos especialmente vulneráveis;
- Promover e proteger os direitos humanos das pessoas com problemas de saúde mental;
- Reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde mental das populações;
- Promover a descentralização dos serviços de saúde mental, de modo a permitir a prestação de cuidados mais próximos das pessoas e a facilitar uma maior participação das comunidades, dos utentes e das suas famílias;
- Promover a integração dos cuidados de saúde mental no sistema geral de saúde, tanto a nível dos cuidados primários, como dos hospitais gerais e dos cuidados continuados, de modo a facilitar o acesso e a diminuir a institucionalização.

Menos fogos florestais

PORTUGAL registou este ano, no período de 1 de Julho a 1 de Setembro, o índice mais baixo de fogos florestais dos últimos anos.

Como sublinhou Ascenso Simões, secretário de Estado da Protecção Civil, a área ardida pelos incêndios florestais em 2007 foi cerca de 12 vezes inferior à média dos últimos cinco anos.

Este cenário resulta, segundo o governante, do facto do Governo ter desenvolvido atempadamente um plano consistente, sustentado no aumento da vigilância das áreas intervenionadas, numa melhor e mais adequada articulação dos sapadores florestais, numa melhor vigilância por parte da GNR e sobretudo, como referiu, abordando o combate ao fogo florestal através de uma nova filosofia.

Segundo Ascenso Simões, esta operação, que mobilizou um total de 8800 homens e 52 meios aéreos, assentou sobretudo em três pilares fundamentais que passaram, como sintetizou, pela prevenção estrutural, vigilância e segurança.

Em todos estes pilares, disse, registaram-se “melhorias expressivas”, facto que permitiu que a área ardida tivesse sido este ano “significativamente



menor do que a registada em 2006”, período em que arderam 75.335 hectares contra os cerca de 16.605 assinalados até ao fim do passado mês de Setembro.

De acordo com os dados fornecidos pela Direcção-Geral dos Recursos Florestais, percentualmente a extensão de floresta consumida pelo fogo foi este ano de apenas 7,5 por cento da média registada nos últimos cinco anos.

Quanto ao argumento de que este foi um Verão bastante chuvoso, o que poderia ter contribuído decisivamente

para o baixo número de incêndios nas florestas e nas matas, não pode servir, na opinião do secretário de Estado, para encobrir o “excelente resultado alcançado”, uma vez que, lembrou, “em 2002 registaram-se condições meteorológicas muito semelhantes” e os fogos florestais destruíram mais de 213.885 hectares de floresta e de matas nacionais.

Os distritos mais atingidos em 2007 por fogos florestais, e onde se registaram maiores áreas de terreno ardido, foram a Guarda, Beja e Santarém. **R.S.A.**

Governo investe na produção de papel em Vila Velha de Ródão

COM vista a modernizar a empresa Celtejo, dotando a instalação fabril de uma linha de branqueamento de fibras que permita converter o actual produto (pasta crua) em pasta branca destinada à produção de papéis com maior valor acrescentado e procurando ainda a manutenção dos actuais 190 postos de trabalho, o Con-

selho de Ministros decidiu investir no sector papeleiro de Vila Velha de Ródão 72,7 milhões de euros.

De acordo com as estimativas do Governo, o valor de vendas acumulado em 2013 (ano do termo da vigência do contrato) atingirá os 560,6 milhões de euros.

Também segundo o comunicado do Conselho de Ministros, este projecto de investimento contribuirá para o incremento da posição já relevante da empresa no sector do papel, nomeadamente no que respeita ao aumento das exportações, favorecendo assim a posição de Portugal no contexto da indústria europeia.

Quioto é o melhor instrumento para fazer face às alterações climáticas

O PROTOCOLO de Quioto revelou-se o “melhor instrumento” demonstrativo de que se pode proceder à redução de emissões de gases com efeito estufa de “forma concertada”, afirmou o deputado socialista Ramos Preto, na intervenção que efectuou em Bruxelas, no Encontro Interparlamentar sobre “Alterações Climáticas”.

Alertando que se deve tratar a mudança climática “não como uma ameaça a longo prazo para o nosso ambiente, mas como uma ameaça imediata para a nossa segurança e prosperidade”, Ramos Preto defendeu que, por isso, se deve encarar a necessidade de “um clima estável como um bem público, sem o qual se tornará cada vez mais difícil garantir os outros bens públicos que os cidadãos justamente esperam daqueles que os governam. E é este o desafio com que estamos confrontados”.

Neste quadro, o deputado do PS defendeu ser necessário que os governos da União Europeia (UE) “continuem, em termos de segurança climática, a construir as avenidas de confiança e oportunidade que façam desviar o investimento mundial, do carbono elevado para infraestruturas de baixo carbono”.

Para Ramos Preto, só é possível enfrentar o problema das alterações climáticas “com uma cooperação internacional sem precedentes, envolvendo todos os países num esforço global”.

Embora o problema seja global, o deputado socialis-



ta sublinhou que “é necessário que cada país da UE faça a sua parte, para que a resposta global seja bem sucedida”, com agendas nacionais “ambiciosas”.

E é preciso, adiantou, “que os parlamentos nacionais não descuram o acompanhamento deste

tema”, lembrando, a propósito, que no Parlamento português a Comissão de Ambiente promoveu, nomeadamente, há cerca de um ano uma conferência internacional sobre esta problemática.

“Os membros da Comissão de Ambiente da AR têm consciência de que os parlamentos nacionais são determinantes para a formação de vontade política que impulse a resolução deste problema”, acrescentou.

Entretanto, no passado dia 8 o deputado Ramos Preto foi eleito vice-presidente da Comissão de Economia e Segurança da Assembleia Parlamentar da NATO. **J.C.C.B.**

OPINIÃO



PAULA NOBRE DE DEUS
Deputada do PS

A qualidade do apoio social é uma das peças essenciais de uma Europa que pretende ser um espaço competitivo à escala global sem pôr em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental, pilares da Estratégia de Lisboa

APOSTA NA QUALIDADE PARA A COESÃO SOCIAL

A SOCIEDADE portuguesa está definitivamente confrontada com a necessidade de generalizar a qualidade a todos os seus sectores, nomeadamente ao sector social em que o Estado tem tradição de partilhar responsabilidades com a sociedade civil. Aliás, a efectivação dos direitos sociais e a coesão social estão muito dependentes das mais de 4 mil instituições sociais de solidariedade social que existem no nosso país. A verdade é que as preocupações com a qualidade emergiram no meio empresarial há anos mas actualmente são transversais a toda a sociedade.

Às entidades públicas cumpre observar e monitorizar o estado da cidadania portuguesa, apostando em iniciativas prioritárias de prevenção dos problemas. O Estado deverá assumir-se como um parceiro solidário, pró-activo na promoção das respostas sociais, garantindo políticas equitativas que apoiem efectivamente as pessoas. Neste contexto, precisamos de um Estado dinâmico e ágil com capacidade de resposta em tempo útil aos desafios da sociedade e de cada comunidade, em concreto. Aliás, a qualidade do apoio social é uma das peças essenciais de uma Europa que pretende ser um espaço competitivo à escala global sem pôr em causa a coesão social e a sustentabilidade ambiental, pilares da Estratégia de Lisboa.

É neste contexto que o actual Governo chama a si o desafio de desenvolver novas políticas sociais de promoção de uma cidadania responsável e que assume o PNAI e os planos nacionais: Igualdade, Cidadania e Género; Contra o Tráfico de Seres Humanos; Contra a Violência Doméstica e de Integração dos Imigrantes. Acrescento a este alinhamento o programa Novas Oportunidades, o PARES e os Cuidados Continuados. No âmbito das medidas concretas, quero dar especial destaque ao processo de gestão, ainda em fase experimental, da qualidade das respostas sociais, promovido pelo Instituto de Segurança Social.

O objectivo do programa de “Cooperação para o Desenvolvimento da Qualificação das Respostas Sociais” é garantir aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade adequados à satisfação das suas necessidades e expectativas. Este processo de qualificação das respostas sociais é direccionado para todas as instituições públicas, privadas e IPSS que tenham serviços de: creche; centro de dia; apoio domiciliário; lar de infância e juventude; centro de acolhimento temporário; lar residencial; centro de actividades ocupacionais, e lar de idosos.

Este programa incide sobre a segurança e qualidade dos edifícios e sobre a qualidade das respostas sociais e sua avaliação e pretende ser um referencial normativo, harmonizador de regras e funcionamentos, um instrumento de auto-avaliação e de diferenciação positiva. Este desafio às instituições sociais era incontornável a partir do momento em sabemos que o sector social também se vai confrontar com a competição pela qualidade, fruto de uma cidadania cada vez mais responsável, logo mais exigente.

Este processo de qualificação das instituições sociais compromete todos os actores e é igualmente um desafio às entidades públicas, enquanto responsáveis pela sua monitorização e avaliação. Uma obra que será tão mais completa quanto as instituições apostarem na formação e especialização dos seus colaboradores e na relação de proximidade às universidades e vice-versa. Para esta batalha estão convocados todos os sectores, nomeadamente o sector empresarial através da afirmação da sua responsabilidade social.

A estratégia política que acolhe as questões sociais está mais próxima da promoção do desenvolvimento humano e da edificação qualificada da civilização. A pobreza e a exclusão social são dimensões de uma realidade que podem atingir a vida de qualquer cidadão porque a deficiência, a violência doméstica ou a discriminação de género, só para citar alguns, são problemas a que todas as famílias podem estar sujeitas. As questões sociais não são apenas das minorias, são de todos os cidadãos.

Assim, todos os sectores da sociedade têm de chamar a si a ambição de se mobilizarem em ordem à mudança eficaz da vida das pessoas. No processo de desenvolvimento e modernização da sociedade ninguém pode ficar para trás. Tal não seria próprio de uma sociedade emancipada.

OPINIÃO



JOÃO SERRANO
Deputado do PS

As questões relacionadas com a segurança do Estado exigem o empenhamento de todos nós

A SEGURANÇA É ESSENCIAL PARA O NOSSO BEM-ESTAR

EM JUNHO do corrente ano, a Assembleia da República discutiu e aprovou um conjunto de diplomas essenciais para a reforma do Sistema de Segurança Interna: as Leis Orgânicas da PSP e GNR e a Lei de programação de instalações e equipamentos

Estes diplomas revestem-se de grande importância para um novo conceito de segurança mais adequado ao tempo actual.

Conceito estratégico de segurança, que seja capaz de fazer face aos novos fenómenos de criminalidade de massas, organizacional e global e que consiga a necessária adequação entre a segurança dos cidadãos e a prevenção do crime e respectiva investigação criminal.

Conceito que reforce a coordenação entre as diversas forças e serviços de segurança e garanta uma partilha de informação cada vez mais importante face à complexidade dos novos tipos de criminalidade.

Estes desafios devem merecer de todos os responsáveis políticos um debate sério e sereno.

As questões de relacionadas com a segurança do Estado exigem o empenhamento de todos nós.

Todos conhecemos as dificuldades que os homens e mulheres que servem as forças de segurança sentem no desempenho das suas funções. Como sabemos que qualquer reforma e qualquer lei orgânica é sempre objecto de resistências, dúvidas e inquietações. Somos sensíveis às preocupações e reflexões que tem sido apresentadas, apesar de algumas delas, não se coadunarem com aquilo que está em causa – darmos uma resposta eficaz aos novos desafios que nos são colocados no domínio da segurança do Estado.

Com estes diplomas pretende-se a racionalização das forças de segurança, o reforço da sua articulação e o aumento do investimento em instalações e equipamentos.

Não podemos continuar com as ambiguidades e sobreposições na definição de responsabilidades entre as forças de segurança.

Não podemos continuar a prescindir de mais de 4800 elementos da GNR e PSP que ao exercerem funções administrativas, não garantem a sua presença nos locais onde são mais requeridos.

A sua participação activa em acções operacionais reforça a visibilidade, valoriza as suas capacidades na prevenção e no combate à criminalidade e garante aos cidadãos um sentimento de segurança.

Como não podemos continuar a canalizar 87 por cento do orçamento do MAI para despesas de funcionamento e 93 por cento para despesas de pessoal. Com isso não investimos onde é mais preciso: em equipamentos, em infra-estruturas e na qualificação dos agentes.

A GNR e a PSP ao eliminarem as situações de sobreposição de meios entre elas ou de descontinuidade, em especial no respectivo dispositivo territorial; ao elaborarem instrumentos de planeamento estratégico e operacional comuns; ao criarem serviços partilhados às duas forças nos domínios das relações internacionais, obras, aquisições, e sistemas de informação e comunicações e ao introduzirem formações conjuntas e unidades curriculares comuns dos seus agentes, estão desta forma a melhorar a articulação nas suas áreas de responsabilidade.

Estas Forças de Segurança ao eliminarem replicações de serviços de apoio ao longo da cadeia hierárquica, estão a reduzir os recursos operacionais afectos a funções administrativas, e com isso a racionalizar as suas estruturas.

A reorganização do comando geral e das unidades da GNR, através da extinção estado-maior geral ou coordenador e do estado-maior especial ou técnico; a extinção de um escalão de comando como as brigadas territoriais e a redução do número de grupos territoriais no continente de vinte e três para dezoito, contribuirá de igual modo para a racionalização dos meios.

A extinção da brigada de trânsito, com criação

de uma direcção técnica no comando geral (responsável pela unidade técnica de actuação), salvaguardando sempre a imprescindível capacidade operativa destes agentes, permitirá o reforço da fiscalização rodoviária nas vias de maior sinistralidade.

Por outro lado, a PSP ao ajustar o modelo de organização das unidades especiais e ao rever os níveis de enquadramento está, de igual modo, a tornar mais eficaz e sua actuação.

Só com a articulação das áreas de responsabilidade e com a racionalização dos seus meios estamos em condições de encaminhar os investimentos afectar na modernização e operacionalidade das Forças de Segurança, nomeadamente os relativos a instalações, sistemas de tecnologias de informação e comunicação, viaturas, armamento e outro equipamento.

Trata-se de um compromisso que pela primeira vez é traduzido num plano de investimentos em instalações e equipamentos das forças e serviços de Segurança para o período dos cinco anos económicos subsequentes à respectiva aprovação.

Com este plano, o Governo pretende duplicar o investimento médio anual dirigido à GNR e PSP, mas sem que tal se traduza num aumento global da despesa do Estado.

Investimento que permitirá a renovação do parque imobiliário, entre esquadras, postos e comandos, num total de cerca de 130 instalações; o reequipamento das forças através da substituição de cerca de três mil viaturas de patrulha; a entrega a todo o efectivo da GNR e PSP das pistolas de 9 mm; a continuação do programa de aquisição de coletes balísticos; a conclusão da instalação da Rede Nacional de Segurança Interna; o desenvolvimento do Sistema Informático de Apoio às Operações da GNR, à reformulação do Sistema Estratégico de Informação da PSP e conclusão do Sistema de Contra-Ordenações de Trânsito (SCOT); à implementação do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP); à instalação do sistema integrado de vigilância, comando e controlo (SIVICC) da costa portuguesa e finalmente a execução de um programa nacional de videovigilância.

Entretanto, no passado dia 29 de Agosto o Presidente da República vetou a Lei Orgânica da GNR, solicitando a sua reapreciação. Fê-lo no uso dos poderes constitucionais que detêm.

Apesar de não ter sido posto em causa o essencial que esta lei nos apresenta, o Presidente da República apresentou dois argumentos para o seu veto, que mereceram do Grupo Parlamentar do PS o seu acolhimento.

Em primeiro lugar, a invocação pelo Presidente da República da sua qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas.

Em segundo lugar, quando na comunicação remetida, o Presidente da República considera que o decreto reapreciado pode afectar negativamente a estabilidade e coesão das Forças Armadas. Valores inquestionáveis para o Partido Socialista.

Dois argumentos que só por si bastavam para que ponderássemos as sugestões apresentadas e encontrássemos soluções que foram ao encontro das preocupações do Presidente.

Assim, apresentamos três propostas de alteração que eliminam a possibilidade de graduação a general do comandante geral da GNR; clarifica as condições de promoção a oficial general dos oficiais do quadro da GNR; e prevê a forma de decreto regulamentar para regular a articulação entre a GNR e a autoridade marítima nacional.

Ao longo dos tempos os homens e as mulheres que servem a GNR têm dado o seu melhor para a segurança dos portugueses.

Ninguém como eles podem sentir a importância desta reforma que garantirá a ordem, a segurança e a tranquilidade pública, com mais e melhores meios, os quais se reflectirão na moral e no desempenho dos agentes, essencial para o bem estar de todos nós.

Rosa Albernaz contra “limpeza étnica” na Birmânia



A DEPUTADA socialista Rosa Albernaz tomou posse em Genebra, Suíça, durante a reunião da Assembleia da União Interparlamentar, como vice-presidente da Comissão Permanente da Democracia e dos Direitos Humanos, cargo para o qual foi eleita por unanimidade na anterior reunião deste organismo realizada em Maio passado na ilha indonésia de Bali.

A discussão principal agendada para este encontro centrou-se nos graves conflitos que se têm vindo a desenrolar na antiga Birmânia, actual Myanmar, tendo ainda os participantes analisado as questões ligadas aos trabalhadores migrantes, a xenofobia e os direitos do homem.

Na sua intervenção, a deputada socialista sublinhou que xenofobia e intolerância “estão intrinsecamente ligadas” com o que há de mais fundamental em termos de dignidade humana, porque, como lembrou, se estas questões “não estão na ordem do dia nos nossos respectivos países”, a verdade é que para muitos outros países e regiões do mundo, “estes assuntos constituem uma problemática tremenda que se traduz em violações gravíssimas dos direitos humanos”.

Rosa Albernaz apelou ainda à resolução pacífica dos graves conflitos que se vivem na Birmânia, referindo que observa com “muita apreensão o desenrolar da situação”, que está, em sua opinião, a assumir dimensões inquietantes “a que não podemos estar alheios”.

Em última análise, defendeu ainda a deputada do PS, quando trazemos para uma reunião da União Interparlamentar questões que envolvem a intolerância e a protecção de minorias, “devemos igualmente estar atentos a este tipo de conflitos que põem em causa também a defesa das minorias étnicas”.

Minorias étnicas, representadas pelo povo Karen, que na Birmânia estão a ser alvo de uma campanha que visa a sua supressão, apesar de constituírem cerca de oito milhões de pessoas, perto de 40 por cento da população total deste país asiático.

Relatando o que se passa em particular com esta minoria birmanesa, Rosa Albernaz lembrou as atrocidades de que este povo tem sido alvo, com casas incendiadas, aldeias atrás de aldeias destruídas, colheitas agrícolas e gado destruídos ou roubados.

As pessoas que não conseguem escapar aos ataques, lembrou, são usadas como mão-de-obra escrava ou como detectores humanos de minas terrestres “pois são forçadas a caminhar na linha da frente das tropas birmanesas como carne para canhão”.

Discutir num fórum internacional temas como a xenofobia e os direitos humanos, disse ainda a deputada socialista, implica “estarmos atentos a todo o tipo de violações ligadas aos direitos humanos”, problemática onde na sua perspectiva se “insere naturalmente a questão birmanesa”. R.S.A.

PS volta a ser a maior força política em Felgueiras

A MAIORIA da população felgueirense está “profundamente descontente” com o desempenho de Fátima Felgueiras e do seu Executivo camarário, que considera “claramente negativo”, e o PS “volta a ser a maior força e única alternativa credível e sustentada de poder”, recolhendo 29,2 por cento de votos, se as eleições se realizassem hoje, “recuperando assim parte importante do seu eleitorado”.

Estas são duas das conclusões de um estudo de opinião aos eleitores do concelho de Felgueiras encomendado pela Concelhia local do PS, que revela ainda que o MSP (movimento liderado por Fátima Felgueiras) “sobrevive sobre a imagem da edil” e que “parte do seu eleitorado votará PS no futuro”.

Trata-se de “um modelo esgotado, donde sobressai a inexistência de projecto ou rumo, a falta e poder reivindicativo e interlocução válida, assente essencialmente num populismo bacoco e demagógico, que em nada tem contribuído para o desenvolvimento e bem-estar dos felgueirenses”.

A Concelhia do PS realça ainda que, pela primeira vez desde 1996, “um estudo apresenta categorica-

mente a derrota de Fátima Felgueiras em projecção eleitoral”.

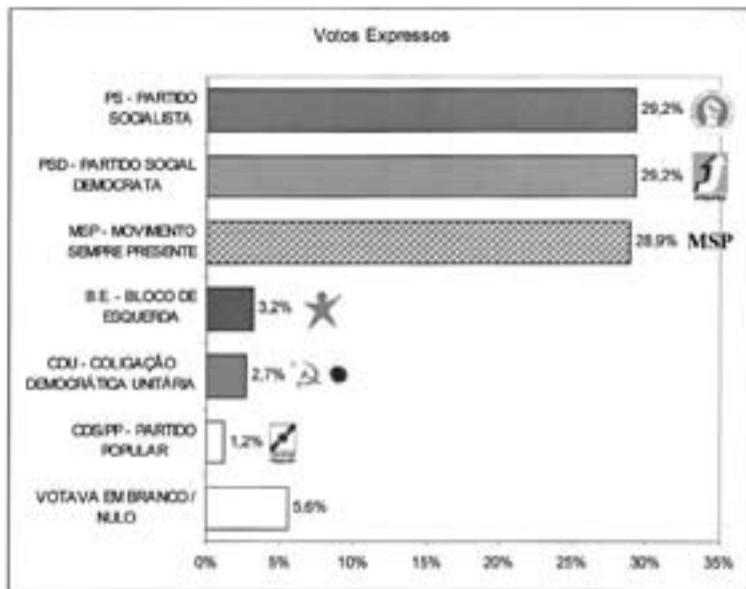
Por outro lado, a Concelhia socialista dá conta também que, segundo a sondagem, há uma “estagnação eleitoral do PSD, que sem dinâmica, estabiliza na sua base social”, não se apresen-

tando como alternativa junto da população.

Este estudo de opinião foi efectuado por telefone, através de uma amostra de 500 entrevistas distribuídas de forma proporcional pelas 32 freguesias do concelho, por quotas de sexo e grupo etário. **J. C. C. B.**

RESULTADOS EXPRESSOS

Gráfico VI



Festa-convívio em Sardoal

O PS/SARDOAL assinalou o 2.º aniversário da inauguração da sua nova sede organizando uma festa-convívio no Parque das Merendas, que contou com a participação de mais de uma centena de sardoalenses.

Para além do presidente da Concelhia do PS/Sardoal, Fernando Vasco, e dos vereadores Fernando Moraes e Pedro Duque, destaque para as presenças do presidente da Casa do Ribatejo, Mora de Campos, do deputado Nelson Baltazar, dos autarcas eleitos pelo PS para a Assembleia Municipal e para as quatro Juntas de Freguesia e vários dirigentes desportivos e membros de associações do concelho.

Os socialistas de Sardoal realçaram a necessidade de continuar o trabalho político desenvolvido nos últimos dois anos, no sentido de reforçar o PS enquanto alterna-



tiva credível ao PSD nas próximas eleições de 2009.

Os participantes defenderam também a necessidade de uma nova visão estratégica para o concelho que seja capaz de aproveitar os próximos fundos comunitários

(QREN) e promover condições para o apoio aos empresários, à criação de emprego, e igualmente o apoio aos jovens e idosos através de políticas de desenvolvimento sustentado e racionalização dos recursos existentes.

Unidade móvel da Câmara de Mértola inicia campanha de vacinação antigripe

A UNIDADE Móvel Médico-Social da Câmara de Mértola regressou às estradas do concelho no passado dia 8 de Outubro com mais uma campanha de vacinação antigripe. Os idosos com mais de 65 anos, doentes crónicos e diabéticos são os beneficiários desta campanha da autarquia socialista, presidida por Jorge Pulido Valente.

Esta é a sexta campanha de vacinação antigripe que a Unidade Móvel promove desde a sua entrada em funcionamento em 2002. Todas as vacinas

são gratuitas para a população abrangida, sendo a totalidade da despesa suportada pela Câmara Municipal.

A Unidade Móvel é desde o início uma aposta ganha pela autarquia, tendo as suas virtudes para a população sido já reconhecidas várias vezes, a última das quais foi a atribuição do Prémio Nacional das Boas Práticas na Administração Local na categoria B (sustentabilidade local) pela Direcção-Geral das Autarquias Locais.

SOCIALISTAS DE MANGUALDE NÃO QUEREM MUNICÍPIO ENTREGUE A GESTÃO PRIVADA

OS VEREADORES do PS na Câmara Municipal de Mangualde (CMM) estão contra a rendição do concelho aos interesses de uma sociedade comercial.

Apesar do endividamento de quase 18 milhões de euros, o que compromete a gestão da edilidade no curto e médio prazo, nada justifica, dizem os vereadores do PS, que se queira agora remediar esta situação caótica criada por “culpa exclusiva do actual presidente da edilidade”, entregando a gestão do município a uma sociedade comercial.

De acordo com a nova Lei das Finanças Locais, recordam ainda os representantes do PS, e devido a esta “brutal dívida”, a CMM encontra-se na 11.ª posição na listagem das câmaras municipais a nível nacional que ultrapassam o limite de endividamento em cerca de um milhão e 500 mil euros.

Considerando este cenário, acrescentam ainda os vereadores do PS, é possível prever que no próximo ano o limite de endividamento seja ultrapassado em cerca de quatro milhões de euros, qualquer coisa como 900 mil contos em moeda antiga.

Para tentar obviar este caos financeiro instalado na edilidade, “de que é o único responsável”, o actual presidente da câmara avançou com a proposta da criação de uma sociedade comercial, na qual a CMM participaria como accionista minoritário, com uma quota de 49

por cento, “como forma de fugir ao garrote e ao controlo da dívida por parte do Tribunal de Contas”, facto que para os socialistas iria “hipotecar o que resta da autarquia a uma entidade privada, numa operação cujos os encargos em momento algum nos foram apresentados”.

A proposta é tanto mais deslocada e irresponsável, acrescentam ainda os vereadores do PS, quanto se propunha que tal sociedade comercial passasse a ser a verdadeira e única gestora de todas as obras e serviços do concelho, “esvaziando a CMM de todas as suas funções e património para os próximos 30 anos”.

Seria esta sociedade comercial a responsável pela criação, desenvolvimento, construção, gestão, conservação, manutenção e exploração de áreas de infra-estruturas rodoviárias, desportivas, educativas, culturais, mas ainda dos parques industriais, de negócios, tecnopolos, mas também ao nível da requalificação urbana e ambiental.

Perante este quadro, os vereadores socialistas perguntam o que restaria para a CMM e para os seus quase 400 funcionários, ou ainda quantos milhares de euros poderá custar uma operação deste género e quanto teria a CMM de pagar à dita sociedade comercial pelo uso e fruição de todas as centenas de grandes e pequenas obras constantes da listagem dos serviços? **R.S.A.**

Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**
ENTIDADE **20132**
REFERÊNCIA **0000...+ N.º DE MILITANTE**
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota normal:
semestral - **12,00** eur; anual - **24,00** eur
Quota reduzida:
semestral - **6,00** eur; anual - **12,00** eur

Linha Azul

808 201 695

Contamos consigo!



OPINIÃO


JOÃO BERNARDO
Deputado

A escola a tempo inteiro deixou de ser um sonho e passa a ser uma realidade concreta. No universo educativo, passámos a ter uma escola para todos, em todo o tempo

UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE

O INÍCIO deste novo ano escolar fica marcado pela consolidação e aperfeiçoamento do nosso sistema educativo.

Males que se vinham acentuando ao longo dos tempos, sem resposta eficaz por parte das entidades competentes, foram finalmente enfrentados.

Um conjunto muito significativo de medidas estão a ser aplicadas com determinação e vigor, para combater o flagelo do abandono e insucesso escolar.

Nesse sentido, podemos afirmar que a escola pública está num ponto de viragem, com novos níveis de exigência e com resultados objectivos que se podem constatar.

Ao fim de dois anos, o Governo do PS em parceria activa com as autarquias implementou as actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo, passando a abranger 95 por cento das escolas públicas, alargando-se o horário de funcionamento e o serviço de refeições na esmagadora maioria delas.

A escola a tempo inteiro deixou de ser um sonho e passa a ser uma realidade concreta. No universo educativo, passámos a ter uma escola para todos, em todo o tempo.

Para se ter a percepção do trabalho que se está a efectuar, basta referir que, em 2005/2006, havia 24 por cento de escolas em regime de desdobramento e esse número baixou no ano seguinte para 18 por cento e baixará este ano para aproximadamente 10 por cento. Cabe aqui uma palavra para as câmaras municipais que compreendem que é preciso investir numa escola pública de qualidade, sendo que a melhor evidência desta nova atitude se traduz na abertura de novos centros escolares.

Queremos salientar o aspecto da educação e formação, com um papel determinante no combate ao insucesso e na qualificação dos cidadãos. Outro dos aspectos negativos que Portugal tem no contexto europeu. O abandono escolar, baixou no último ano 3 pontos, situando-se actualmente nos 37 por cento.

O aumento de cursos profissionalizantes no 3.º ciclo do ensino básico teve como resultado o crescimento de alunos matriculados, com certificação escolar e profissional.

No ensino secundário, os alunos matriculados em cursos profissionais aumentaram 32 por cento. É um progresso assinalável e que neste novo ano escolar será consideravelmente reforçado, com a criação de mais cursos profissionais.

Aumentou o número de alunos na escola pública. Só no último ano estiveram no sistema educativo mais 21.192 alunos do que no ano anterior, invertendo-se uma tendência de mais de dez anos em que o sistema educativo perdia continuamente alunos.

Também temos de destacar que este ano, no ensino secundário, há o reforço das aulas práticas experimentais, tornando o sistema mais eficaz e estimulante para os jovens. É uma medida que se exigia e uma necessidade sentida pelas escolas, a que o Ministério da Educação (ME) correspondeu. Assim, esta decisão permite aos alunos do ensino secundário reorientar os seus percursos formativos, facilitando as condições de mudança entre os respectivos cursos.

Passa a ser possível mudar de curso no final de cada ano lectivo, menorizando o risco de retenção e de abandono escolar.

Igualmente factor de abandono escolar são as dificuldades económicas das famílias e a consequente necessidade dos jovens começarem a trabalhar. Por isso, o ME decidiu alterar os limites de captação dos rendimentos das famílias mais carenciadas e aumentou em 27 por cento o valor das participações em livros, material escolar, refeições e auxílios económicos.

Passou a ser significativamente maior o número de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar (ASE) e, dessa forma, a ser mais concretizado o valor da igualdade de oportunidades.

As bolsas de mérito para os melhores alunos, passam a abranger novas famílias de baixos rendimentos tornando-as acessíveis a agregados familiares, que não estavam incluídos na ASE.

Nada disto podia estar e ser efectuado sem a participação activa e responsável das escolas e da comunidade educativa, daí que por vontade do ME e dos conselhos executivos tenham sido recentemente celebrados contratos de autonomia com as escolas, atribuindo-lhes mais capacidade de organização e comprometendo-as com metas concretas de melhoria do sucesso escolar dos seus alunos. É um esforço conjugado que permitirá, estamos certos, aumentar a qualidade do sistema e consequentemente diminuir o abandono e insucesso escolar.

Atacando a desigualdade de oportunidades no seu núcleo essencial. Dar a todos os portugueses os mesmos instrumentos do conhecimento e da capacidade de entender o que se passa à sua volta. É o único caminho para promover e desenvolver e aprofundar a democracia.

Três perguntas a João Paulo Pedrosa, presidente da Federação de Leiria e vereador da Câmara da Marinha Grande

Porque é que o PS reivindica eleições intercalares na Câmara da Marinha Grande?

É uma atitude superior de respeito pela democracia. O PCP apresentou um candidato que ganhou e, menos de dois anos depois, quis substituí-lo por um candidato que, na ponderação inicial de escolha dos seus candidatos, entendeu não ter condições para ganhar. Trata-se, portanto, de um logro político e de uma descarada fraude eleitoral. Se a moda pega, num dia os cidadãos escolhem os seus representantes e no outro são substituídos nas sedes partidárias.

Este problema está ainda mais agravado com a recusa do presidente em sair, afirmando continuar tranquilo no seu lugar, e com o presidente designado pelo Comité Central do PCP a fazer declarações enquanto tal. Temos dois presidentes que é dizer, na prática, que não temos nenhum, uma câmara totalmente paralisada e o concelho vítima do anedotário nacional.

Que comentário lhe merece mais este pedido de renúncia do PCP a um seu autarca, a exemplo do que tem acontecido noutras câmaras?

Aconteceu em Setúbal, aconteceu em Peniche e agora na Marinha Grande. Não é surpresa a falta de respeito que o PCP tem pela vontade dos eleitores, ou seja, pela democracia política.

PS/Castelo de Paiva denuncia gestão ruinosa do município

POR “incompetência e irresponsabilidade da gestão ruinosa” do seu presidente Paulo Teixeira, o município de Castelo de Paiva pode vir a ser penalizado em 1 milhão e 82 mil euros, por “ter ultrapassado o limite de endividamento em 2006”, alertam a Concelhia do PS, lembrando que de acordo com nova Lei da Finanças Locais, os “municípios incumpridores, com os limites de endividamento, serão penalizados nas transferências de verbas do Governo em montante igual ao do excesso”

Em comunicado, a Concelhia socialista lembra que, como é já do conhecimento público, Castelo de Paiva “é um dos municípios mais endividados do país”, sendo que “há vários anos que está impedido por lei de recorrer a quaisquer tipos de empréstimos junto da banca, uma vez que o montante global de endividamento atinge valores próximo dos 20 milhões de euros”.

Só que, prosseguem os socialistas, “esta monstruosa dívida tem-se vindo a agravar, nos últimos anos, por força do crescimento das dívidas a



Neste caso é ainda mais grave porque o presidente a quem mandaram sair, não saiu e diz-se vítima de uma tramóia política e de uma golpada, já que o PCP procurou colocar nas suas costas todas as culpas pelo desprestígio que a coligação PCP/PSD que governa a câmara, granjeou junto da população em apenas dois anos de mandato.

Na actual conjuntura, o que podem os eleitores da Marinha Grande esperar do PS?

Acima de tudo, responsabilidade. O PS é a favor da estabilidade e do cumprimento integral dos mandatos.

Agora acontece que, perante este caso insólito e bizarro de haver dois presidentes na câmara municipal e com o PSD a retirar também a confiança política ao seu vereador acusando-o, mais à maioria do PCP, de, cito, “políticas desastrosas e de delapidação de dinheiros públicos”, para se sair deste impasse político que paralisa e fragiliza totalmente o concelho, o PS só pode preconizar a realização de eleições intercalares.

É a única situação que devolverá a normalidade democrática e a tranquilidade política ao concelho. **J.C.C.B.**



fornecedores e a empreiteiros”, uma vez que Castelo de Paiva é das autarquias “que mais atrasa o pagamento das dívidas aos seus fornecedores, havendo facturas, com três, quatro e cinco anos que ainda não foram pagas”.

Perante esta realidade, “Paulo Teixeira e o PSD continuam com uma atitude de permanente despesismo, sem qualquer controlo, sem sinais para inverter ou abrandar nas despesas desnecessárias e até

inúteis para o concelho”, de que é exemplo o recente recrutamento de mais um vereador a tempo inteiro, “desnecessário e inútil, agravando a situação financeira da autarquia, que já suportava o presidente e os outros dois vereadores, todos a tempo inteiro”.

O PS adianta que “são cerca de 200 mil euros por ano só em remunerações pagas ao presidente da Câmara e aos três vereadores do PSD”. **J.C.C.B.**

Deputados socialistas em Santiago do Cacém

OS DEPUTADOS do PS eleitos pelo distrito de Setúbal realizaram no passado dia 1 de Outubro uma visita de trabalho ao concelho de Santiago do Cacém. Trata-se, segundo sublinhou o presidente da Federação de Setúbal, Vítor Rmalho, de “uma iniciativa inserida no ciclo de visitas que os deputados do distrito têm vindo a efectuar a vários concelhos e que procura estreitar a relação com a sociedade envolvente”.

Os deputados iniciaram a visita ao concelho com uma deslocação à Câmara Municipal, onde foram recebidos pela vice-presidente, tendo de seguida visitado um empreendimento com investimentos públicos significativos no centro da cidade que em muito irá melhorar a qualidade urbanística e de lazer. Depois reuniram com o conselho executivo da escola básica, que tem em curso a concretização de um projecto de alargamento do espaço, também com investimentos públicos, e ainda com o conselho executivo do Hospital do Litoral



ARTUR PENEDOS

Chegou a hora de os socialistas se mobilizarem em torno das políticas do Governo, especialmente as que promovem a equidade, a sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social e, ainda, as destinadas ao combate à pobreza e à exclusão

Alentejano onde foram passadas em revista as valências, as prioridades e a população que é servida por esta unidade hospitalar.

Antes do almoço que contou com a participação do presidente e de inúmeros camaradas da Concelhia de Santiago do Cacém, os deputados realizaram uma visita guiada à Igreja Matriz, património nacional, onde decorre uma exposição sobre Santiago.

Recorde-se que os deputados do distrito já percorreram os concelhos de Alcácer do Sal, Almada, Montijo, Grândola, Setúbal e Moita.

Concelhia de Guimarães promove encontro de autarcas

CERCA de duas centenas de militantes e simpatizantes do PS de Guimarães participaram no habitual encontro de autarcas, evento de mobilização e formação política, promovido pela Concelhia local.

Para além de autarcas de juntas de freguesia, a reunião contou com a presença de membros da Assembleia Municipal, do presidente da Concelhia, Domingos Bragança, António Magalhães, presidente da Câmara Municipal de Guimarães, todos os vereadores do Executivo municipal e ainda dos deputados da Assembleia da República eleitos por Braga António José Seguro e Miguel Laranjeiro.

O encontro, dividido em duas partes, decorreu, primeiro, no auditório do AVEPARK, espaço pequeno para acolher todos os participantes, onde Manuel Mota, deputado e vice-reitor da Universidade do Minho e actual presidente do Conselho de Administração, e Remísio de Castro, administrador-delegado, depois de fazerem uma apresentação do modelo e objectivos do Parque, expuseram a sua importância no contexto concelhio, regional e nacional. Deram conta das instituições que já contratualizaram a sua instalação no Parque, e dos objectivos subjacentes ao projecto, designadamente a criação de emprego qualificado, de produtos de forte incorporação tecnológica e de elevado valor acrescentado.

Outro dos assuntos abordados

foi o das acessibilidade ao Parque, com António Magalhães, presidente da edilidade vimaranense, a informar que, durante o mês de Outubro, as obras de ligação à circular das Taipas estarão no terreno, fazendo com que o Parque fique a pouco mais de 30 minutos do aeroporto Francisco Sá Carneiro e do porto de Leixões.

O autarca socialista sublinhou ainda a relevância extraordinária deste equipamento para a diversificação industrial do Vale do Ave, para o reforço do seu tecido económico, para a criação de emprego e fixação de quadros de grande competência e para a coesão social.

Seguiu-se depois uma visita guiada às instalações da sede do AVEPARK e aos dois edifícios em adiantada fase de construção: o do Instituto Europeu de Excelência em Engenharia de Tecidos e de Medicina Regenerativa, e que acolherá cerca de duas centenas de investigadores de toda a comunidade europeia, e da Spin Park (ninho de empresas), que irá albergar, apoiar e testar, na fase de arranque, projectos empresariais inovadores.

No final, o presidente da Comissão Política Concelhia, Domingos Bragança, e o deputado António José Seguro sublinharam a importância estratégica deste centro de investigação para o desenvolvimento económico sustentado da região e do país, assente na inovação e na criatividade.

O PCP SÓ PENSA EM DENEGRIR O GOVERNO E O PS ... AINDA QUE ISSO SE CONFUNDA COM O BRANQUEAMENTO DO FASCISMO

Chegou a hora de os socialistas se mobilizarem em torno das políticas do Governo, especialmente as que promovem a equidade, a sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social e, ainda, as destinadas ao combate à pobreza e à exclusão.

Os comunistas, como é seu hábito, na ânsia de aumentarem a base de apoio, continuam a não olhar a meios para atingir os fins. Estamos seguros de que, mais uma vez, e apesar da violência verbal que têm usado, não vão conseguir os seus intentos!

O “ruído” que têm produzido ultimamente, “cavalgando” a sua correia de transmissão, confirma o que todos sabemos, mas que alguns de nós teimam em não reconhecer: os comunistas não são, ou não querem ser, nossos aliados!

Diz o ditado popular que “de Espanha, nem bom vento nem bom casamento”. Dali, também não podemos esperar compreensão ou entendimentos que contribuam para a resolução dos problemas que se colocam ao país, particularmente nas questões sociais, que os comunistas consideram como seu património.

Para quem ainda alimenta a ilusão de que será possível qualquer entendimento com os comunistas convém, antes de mais, que observe as alianças que aqueles celebram nas autarquias locais, de Norte a Sul do país, esteja o PS no governo ou fora dele.

Em quantas Juntas de Freguesia o PCP/CDU se aliou ao PSD para tentar impedir que se cumprisse a vontade popular e que as maiorias do PS, ainda que simples, pudessem cumprir o mandato? Ou e paradoxalmente, em quantas Juntas de Freguesia o PCP garante à direita estabilidade governativa, isto é, se alia com ela?

Os socialistas que têm sofrido na “pele” essa estratégia sabem bem que não vale a pena ter ilusões e muito menos complexos, sejam de que natureza for.

As palavras de ordem usadas pelos agitadores do PCP contra o primeiro-ministro, invocando o 25 de Abril, revelam falta de imaginação e de adaptação aos tempos actuais

Tendo como pano de fundo o quadro traçado sobre a forma como se conduz o PCP e os seus acólitos, ninguém pode estranhar – muito menos os socialistas – que o primeiro-ministro, o nosso camarada José Sócrates, confrontado com as manifestações orquestradas pelo PCP, tenha assumido, sem margem para dúvidas, que por detrás dos insultos proferidos, nomeadamente, em Montemor-o-Velho, no lançamento da primeira pedra de mais um equipamento de grande importância para a economia e para o emprego, se encontrava a máquina dos comunistas e que aquela, em circunstância alguma, pode ser confundida com os professores e com a sua dedicação às causas da educação.

A afirmação do primeiro-ministro, que todos perceberam, distinguia os professores dos “agentes” que o PCP tem no terreno e que, diariamente, procuram

criar na opinião pública a ideia errada e, por isso, condenável, de que vivemos um clima “pior do que antes do 25 Abril”. Se quem profere estas atoardas tivesse um mínimo de respeito pelos que combateram o regime – no PCP há muitos e certamente indignados com o que ouvem aos seus camaradas – talvez nos dispensasse a todos da indignação que a sua insensatez provoca.

As palavras de ordem usadas pelos agitadores do PCP contra o primeiro-ministro, invocando o 25 de Abril, revelam falta de imaginação e de adaptação aos tempos actuais.

Associar a situação actual ao fascismo, como têm vindo a fazer, só produz um efeito: *branquear o fascismo*.

Esse branqueamento, especialmente junto dos jovens que não viveram esses tempos, remete-nos para a ideia – inaceitável, diga-se em abono da verdade – de que se assim fosse, a revolução de Abril não teria tido qualquer sentido.

Como se sentirão os milhares de cidadãos que foram presos e torturados pela PIDE? Será que os promotores destas acções têm consciência do mal que provocam à democracia?

Não nos parece!

Para evitar leituras desajustadas sobre os professores é necessário dizer repetidamente que eles não se confundem, nem nós os confundimos, com os profissionais da agitação

Por isso se torna necessário distinguir alguns profissionais da agitação – instalados nas instituições que dirigem – das classes profissionais a que pertencem. Efectivamente, os professores não podem nem devem ser confundidos com quem tem um só objectivo: servir o partido sem olhar a meios!

Para evitar leituras desajustadas sobre os professores é necessário dizer repetidamente que eles não se confundem, nem nós os confundimos, com os profissionais da agitação. Pode, isso sim, ser entendido como declaração de que não somos ingénuos nem nos deixamos ludibriar por manifestações que, abrigadas no “chapéu” deste ou daquele sindicato, servem os desígnios dos adversários políticos do PS e do governo e não os anseios e legítimas expectativas de quem os elegeu!

Chegou a hora de os socialistas se mobilizarem em torno das políticas do governo, especialmente as que promovem a equidade, a sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social e, ainda, as destinadas ao combate à pobreza e à exclusão.

É imperioso que ganhemos consciência de que a luta é de todos e não apenas de alguns.

É imperioso que percebamos que não podemos acomodar-nos, deixando aos populistas, demagogos e tantas vezes irresponsáveis, a ocupação do “espaço” político e social por aqueles que, por nunca serem chamados a governar o país, oportunamente, não resistem à tentação de “oferecer” aos portugueses o que não lhes podem dar.

Sócrates anuncia défice de 3 por cento para este ano

Portugal cumpre já este ano o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) com o défice a ficar nos 3 por cento.

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, acompanhado pelo ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, anunciou na semana passada, na residência oficial em S. Bento, após a realização do Conselho de Ministros, que o défice orçamental ficará em 2007 nos 3 por cento. Este valor, lembrou, “é o mais baixo desde 1975”.

Confirma-se assim, referiu, que Portugal vai cumprir, já este ano, as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da União Europeia.

Para 2008, adiantou ainda o primeiro-ministro, esta percentagem baixará para os 2,4 pontos percentuais, facto que permitirá a Portugal “entrar no novo ano já a cumprir com os seus compromissos internacionais”.

Estes números levaram Sócrates



a lembrar que em apenas dois anos o país conseguiu baixar o seu défice das contas públicas em

3 pontos percentuais.

Para o primeiro-ministro, as boas contas públicas dão confian-

ça e aumentam o estímulo para “projectar a nossa economia em bases cada vez mais sustentadas”.

Quanto à dívida pública, e face à estimativa anterior de 64,8 por cento do PIB, o primeiro-ministro anunciou que em 2007 baixará para os 64,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Reconhecendo tratar-se ainda de uma “pequena descida” representa, contudo, como disse, a primeira a verificar-se nos últimos sete anos, graças a um Orçamento de rigor, que visou a consolidação da disciplina orçamental dando novas perspectivas de apoio ao crescimento.

Segundo José Sócrates, o Governo soube criar as condições de modo a planear o próximo ano com “mais alento de crescimento”, sustentado “numa nova aposta no reforço do investimento público”.

A este propósito, o primeiro-ministro frisou que o Orçamento de Estado (OE) para 2008, para além de se basear no “rigor”, apostará também no aumento do investimento público e no reforço da área social”, de forma, como sublinhou, a “dar uma nova resposta à nossa economia”. **R.S.A.**

OE para 2008 é de consolidação e de apoio ao crescimento

O Orçamento do Estado (OE) para 2008 continuará a política de rigor e consolidação, mas também de apoio ao crescimento económico e de reforço do investimento público, nomeadamente nas áreas sociais, afirmou o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, no final de uma reunião com os ministros das Finanças e dos Assuntos Parlamentares.

NO PASSADO dia 12, o ministro das Finanças acompanhado pelo ministro dos Assuntos Parlamentares entregou ao Presidente da Assembleia da República a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2008. Como novidade realce-se que o vasto documento foi suportado electrónicamente numa “pen”, facto ilustrativo da aposta no Plano Tecnológico em todas as suas vertentes. Na próxima edição do nosso jornal apresentaremos um trabalho detalhado, à



semelhança de anos anteriores, relativamente ao Orçamento de Estado.

Na quinta-feira, 11 de Outubro, Alberto Martins manteve um encontro de trabalho com Teixeira dos Santos e Augusto Santos

Silva, durante o qual lhe foi dado a conhecer as linhas gerais do Orçamento de Estado para o próximo ano. No final desse encontro, Alberto Martins referiu que o Governo mantém o objectivo de reduzir o défice orçamental para 2,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2008.

“Será um Orçamento de rigor e vai continuar a consolidação orçamental, com a redução do défice para 2,4 por cento, a diminuição da dívida pública e estabilidade fiscal”, disse.

O líder da bancada parlamentar socialista frisou, também, que os ministros adiantaram que o OE incluirá incentivos fiscais na área

da natalidade e, a nível local, às empresas no interior do país.

Este incentivo fiscal às PME fora dos grandes centros, já anunciado pelo primeiro-ministro, pretende “criar condições para a solidariedade e equidade territorial”, sublinhou.

Alberto Martins afirmou que este Orçamento tem como meta não só o reforço do crescimento económico, mas também a melhoria das condições de vida dos cidadãos, nomeadamente através do investimento em áreas que o PS considera cruciais como a saúde, a educação, a segurança social e a justiça, “reforçando as políticas públicas nestes sectores”.

Assim, o PS ficou com a ideia de que o OE para 2008 vai apostar no reforço do investimento público, na redução da dívida pública e do défice, objectivos estratégicos que parecem “responsáveis e rigorosos face à necessidade de crescimento no país” e ao objectivo de melhorar os serviços públicos e a qualidade de vida dos cidadãos.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa